

Especial

Amazônia Legal

Turismo apresenta riquezas como o maior banco genético de espécies animais **G10**



Avanço sustentável

Desenvolvimento responsável da região passa pela criação de alternativas de ganhos econômicos na floresta. Por **Eduardo Belo**, para o Valor, de Manaus

O desafio de manter a Amazônia viva e saudável é econômico, antes de ser ambiental, e a preservação vai se dar pela criação de um modelo de desenvolvimento capaz de explorar as potencialidades regionais de forma sustentável. Essa é a receita preconizada por especialistas para o futuro da região. Com 5,2 milhões de quilômetros quadrados distribuídos pelos sete Estados da região Norte, além do Mato Grosso e de uma parte do Maranhão, a Amazônia Legal representa 61% do território brasileiro e 12% população.

Economicamente, a região contribui pouco — e sua participação no bolo da riqueza brasileira vem diminuindo. De acordo com dados do IBGE, em 2005 a Amazônia Legal representava em torno de 7,9% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro. Em 2013, a proporção recuou para 7%, apesar dos avanços significativos de duas das três maiores economias regionais: Mato Grosso e Amazonas.

“A floresta precisa valer mais em pé que derrubada”, afirma Virgílio Viana, superintendente geral da Fundação Amazonas Sustentável (FAS). “Antes, a maior parte das pessoas se preocupava com a preservação e achava mais importante comando e controle. Essa visão ainda persiste, mas cresce o número dos que acham necessário criar uma racionalidade econômica em torno da floresta.” A região é cheia de vulnerabilidades e merecia um foco mais socioambiental, defende Mario Monzoni, coordenador do Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas (GVces).

O conceito de ocupação e controle levou à criação, em 1967, da Zona Franca de Manaus e de seu órgão gestor, a Suframa. A ideia era manter ativi-

Indicadores da região



5,1 milhões de quilômetros quadrados de área

719.310 km² desmatados até 2008

26.960 milhões de habitantes*

808 municípios*

72,6% dos habitantes nas áreas urbanas*

6,02 habitantes por km² *

19,28 é a taxa de mortalidade infantil**

R\$ 347,1 bilhões de PIB**

R\$ 14.594 de PIB per capita**

0,683 é o IDH-M***

70,6 anos de esperança de vida ao nascer***

Fonte: IBGE, Banco Central e Data Sus. Elaboração: Valor Data. Obs.: Dados totais e/ou médios dos 9 Estados que fazem parte da chamada "Amazônia Legal". Os dados que contém a variável população, são estimados. * 2013; **2011; ***2010.

dade econômica importante para evitar a cobiça internacional. O slogan do regime militar era “integrar para não entregar”. Muito se discute em torno da efetiva integração à economia brasileira, mas os especialistas enxergam no Polo Industrial de Manaus pelo menos um enorme benefício: a preservação ambiental. O Amazonas é hoje o Estado com maior cobertura vegetal original da Amazônia brasileira, em torno de 97%.

Ao gerar renda, a indústria de Manaus tira pressão sobre a exploração da floresta. O problema do modelo e não estar de fato integrado à economia regional. “A Suframa precisaria passar por um processo de reinvenção para se tornar não só agência das empresas de Manaus”, defende Viana. “Tinha que fazer um elo entre esse modelo de indústria e a biodiversidade de toda a Amazônia.”

Há dez anos foi criado, sob responsabilidade da Suframa, o Centro de Biotecnologia da Amazônia (CBA), destinado a pesquisar a biodiversidade e oferecer alternativas de exploração econômica sustentável. O CBA sofre com a estrutura burocrática e a falta de personali-

dade jurídica que o permita atuar no mercado. De acordo com o superintendente da Zona Franca, Thomaz Nogueira, a situação jurídica deve ser resolvida ainda neste semestre. O centro possui largo portfólio de soluções de desenvolvimento próprio — entre fibras vegetais resistentes e matéria-prima para cosméticos — prestes a lançar, em parceria com empresas. O conjunto de projetos desenvolvidos pelo CBA encontra-se protegido por sigilo contratual, diz Nogueira.

Ainda que a Suframa demonstre interesse em conquistar tais setores, a Zona Franca não obteve êxito em atrair grandes empreendimentos em fármacos e cosméticos. Embora algumas empresas tenham enveredado por esse caminho, é mais fácil encontrar produtos que explorem o nome Amazônia e as potencialidades da floresta em mercados como Estados Unidos, Japão e Europa. O capitalismo brasileiro desconhece a região, diz Viana.

Mais do que isso, a já lendária falta de planejamento brasileiro cerceia o desenvolvimento desse tipo de solução, argumenta Monzoni. A falta de planejamento deixa de olhar para

questões como a microeconomia. “Não dá para ter desenvolvimento só para os grandes. É preciso trabalhar a agenda do pequeno, que pode ser desde a pesca e a piscicultura, a exploração de sistemas agroflorestais, como frutas, castanhas e óleos, que pode envolver muita gente em programas de emprego e renda.”

De acordo com Monzoni, é fundamental desenvolver o ecoturismo, aproveitar vocações e explorar produtos locais de grande apelo comercial. “O pirarucu é ouro puro”, comenta o professor da FGV. “É o bacalhau brasileiro, que você pode vender nos mercados do Japão, da Europa, Estados Unidos, Rio e São Paulo. Trabalhar esse tipo de questão é construir um portfólio de opções econômicas para a Amazônia diferente do que se tem hoje”.

Viana inclui um segundo aspecto nessa agenda: a região deveria ser remunerada de alguma forma pelos benefícios ambientais que presta ao país e ao mundo. O regime hídrico e climático do país e de boa parte do planeta depende da absorção de carbono e produção de umidade da floresta.

É preciso também pensar em

medidas compensatórias para grandes obras da região. Monzoni elogia a criação de um fundo para mitigar os impactos sociais da construção da usina de Belo Monte, no Pará. O tema enche de orgulho o secretário de energia do Estado, Nícias Ribeiro. Segundo ele, o Pará e a Eletro norte já haviam preparado, “15 a 20 anos antes da construção”, um Plano de Inserção Regional prevendo mais vagas em escola, aumento do número de leitos hospitalares e sistemas de mitigação de impacto, como coleta e tratamento de esgoto nos municípios de Altamira e Vitória do Xingu, os mais afetados pela obra de Belo Monte.

Em Altamira, por exemplo, o governo removeu 2 mil das 4,1 mil famílias que ocupavam irregularmente as margens dos cursos d’água. Cerca de 20 mil pessoas deixaram as palafitas em direção a conjuntos habitacionais urbanizados. Ribeiro conta que está tentando convencer o governo federal a preparar um plano semelhante para as obras previstas para o complexo do rio Madeira.

Com forte concentração em logística, o Pará, Estado com o maior PIB da Amazônia Legal,

prevê investimentos de públicos e privados da ordem de R\$ 160 bilhões nos próximos cinco anos. Somente os investimentos privados são da ordem de R\$ 36 bilhões, com capacidade para geração de 20 mil empregos diretos, informa o governo estadual. Atualmente, 26 empresas de grande porte desenvolvem investimentos em 17 municípios paraenses.

A Amazônia maranhense tem R\$ 112 milhões de investimento previsto para os próximos cinco anos. O Maranhão tem se preocupado também com a descentralização dos novos negócios como forma de facilitar a criação de infraestrutura local, reduzir os impactos sociais e ao mesmo tempo promover o desenvolvimento da economia no interior do Estado, conforme informações prestadas pela Secretaria de Comunicação do governo maranhense.

O Estado passa por um boom de investimentos privados e públicos. São mais de 50 projetos a implantar até 2018 em áreas como refino de petróleo, gás natural, papel e celulose, geração de energia, siderurgia, bebidas, ouro, alumínio e logística portuária e ferroviária.

Falta de infraestrutura logística atrasa desenvolvimento

De Manaus

O desenvolvimento econômico da Amazônia Legal terá de passar necessariamente pela solução do problema de transporte da região. Essa é a opinião de especialistas, economistas e autoridades locais. “Nossa maior carência está na logística”, afirma o governador do Amazonas, José Melo (PROS). “Numa região como a nossa, isolada dos centros comerciais do país, a falta de estradas e infraestrutura aeroportuária deficiente, dificulta o desenvolvimento de atividade econômica, principalmente nos municípios do interior.”

Pesquisa realizada pela consultoria Macrologística no final de 2013 indica que o custo de movimentação de cargas na Amazônia

Legal é de R\$ 17 bilhões por ano, mas poderia ser reduzido em R\$ 1 bilhão anual se o potencial hidroviário da região fosse mais bem aproveitado. O caso mais sério é o do Amazonas. Tão isolado do restante do país quanto Amapá, Roraima e Acre, o Amazonas sofre as maiores consequências justamente por ser dono do principal parque industrial da região Norte.

A deficiência logística do Estado implica custos entre 30% e 40% maiores que no restante do país, estima o especialista Augusto Rocha, doutor em engenharia de transportes, professor da Universidade Federal do Amazonas (Ufam) e coordenador da Comissão de Logística da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (Fieam).

Os custos extras estão relaciona-

dos à necessidade de estoques maiores, já que “tudo chega de fora” para a indústria local. A solução para Manaus seria transformar a cidade em um hub logístico voltado para atender toda a região Norte, parte do Centro-Oeste e os países vizinhos, defende. O uso das hidrovias poderia ser intensificado não só para escoar a produção do PIM, mas também a soja das fronteiras agrícolas, complementando as operações dos portos do Pará e do norte do Mato Grosso.

Seria necessário também fortalecer a ligação por terra com Porto Velho (RO), de onde as cargas seguiriam para o Centro-Sul. Para isso bastaria reasfaltar um trecho de 400 a 500 km que foi parcialmente engolido pela floresta. Como essa estrada já existe, não precisa de li-

cenciamento ambiental e não causaria muitos impactos. Também se discute substituir a rodovia entre Manaus e Porto Velho por uma ferrovia, cujo impacto ao longo do traçado é menor, devido à baixa atratividade por ocupação.

O aeroporto de Manaus, maior em movimentação de cargas sob administração da Infraero — desde que Guarulhos e Viracopos foram para o setor privado — também precisa de reparos. De acordo com Rocha, a capacidade de armazenamento de carga no terminal é metade do que deveria. Além disso, o aeroporto tem apenas uma pista. Qualquer problema operacional pode travar pouso e decolagens na cidade.

Seria preciso investir na dragagem da foz do rio Amazonas, cujos

depósitos de sedimentos impedem a entrada de navios de grande porte totalmente carregados. Menos carga significa menos valor para dividir pelo custo de transporte. Ou seja, frete mais caro.

Para o professor, os custos portuários são muito elevados em Manaus, o que inibe a cabotagem. Por isso, boa parte da carga segue em caminhões sobre balsas até Belém e de lá viaja por terra para o Centro-Sul. Em levantamento realizado em outubro, o custo do contêiner de 20 pés saindo de Manaus para Santos era de US\$ 1.229. De Xangai, o operador pagaria US\$ 750 pela mesma carga, uma diferença de 64% a mais para uma operação nacional. Por ter navegação complexa, a praticagem também é mais cara em Manaus.

Por fim, a ligação entre o principal porto privado de Manaus — e o maior em volume de operações, já que o porto público da cidade não opera mais com carga — é precária e longa. A distância média de seis quilômetros entre o porto de Chibatão e o distrito industrial de Manaus poderia cair pela metade, se fosse construído um novo acesso.

Chibatão tem capacidade ociosa de 55% e é o único porto do país sem fila de embarque para carga, afirma Jhony Fidelis, gestor do empreendimento. A movimentação no primeiro trimestre deste ano cresceu 18,6% em relação a igual período de 2013 e chegou a 1,5 milhão de toneladas. Segundo ele, o custo por contêiner embarcado é de R\$ 800 para os armadores.

Financiamento Instituição é a única que tem foco específico em projetos de desenvolvimento regional

Banco da Amazônia tem R\$ 8,8 bilhões para o Norte do país

Maria Alice Rosa
Para o Valor, de Belém

A concessão de recursos federais por meio de financiamentos tem tido um papel importante no desenvolvimento dos Estados da Amazônia Legal, com duas instituições atuando na linha de frente: o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), voltado principalmente para megaprojetos privados de infraestrutura, e o Banco da Amazônia S/A (Basa), também presente em empreendimentos de médio e grande porte, mas com 51% do orçamento direcionado a mini e pequenos projetos.

Nos últimos três anos, o BNDES aprovou a liberação de R\$ 51,9 bilhões para os sete Estados da Região Norte, participando de obras de energia, mineração e logística, por exemplo. O Banco da Amazônia, de controle federal, dispõe de muito menos recursos, mas é a única instituição, incluindo os bancos privados que atuam no Norte, com um foco específico no desenvolvimento regional.

"Financiamos projetos em toda a cadeia produtiva, do setor primário à tecnologia de ponta, assumindo iniciativas de maior risco, que, em uma análise pura

de crédito, podem não ser aprovadas", afirma o presidente do Basa, Valmir Pedro Rossi.

Neste ano, o Basa, responsável por 60,8% do volume de crédito de longo prazo fornecido pelos bancos no Norte do país, deverá liberar R\$ 8,8 bilhões em financiamentos, volume 35,3% maior que o de 2013.

São ao todo mais de mil propostas em análise, com demandas dos mais variados setores, envolvendo empreendimentos de pequeno a grande porte. Em sua carteira de clientes, o banco destaca a presença na área de agricultura familiar, que deverá receber R\$ 700 milhões neste ano, e nos segmentos de micro e pequena empresa e de empreendedor individual, para os quais serão destinados R\$ 730 milhões em 2014.

A principal fonte dos recursos é o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), com R\$ 5,4 bilhões no orçamento de 2014, provenientes do Imposto de Renda e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Com prazos de até 20 anos, o FNO tem juros que variam de 5,30% a 12,36%, dependendo do porte da empresa tomadora de crédito, e é destinado a todos os setores. A instituição também é gestora de recursos do Fundo de

Desenvolvimento da Amazônia (FDA), com R\$ 500 milhões previstos para este ano; do BNDES, um volume de R\$ 350 milhões; e do Fundo da Marinha Mercante, com R\$ 350 milhões, além de gerir R\$ 552 milhões em recursos próprios, entre outras modalidades com volumes menores.

Do orçamento total, R\$ 1,6 bilhão ficam com a carteira comercial do banco. "Só faz sentido o governo pegar recursos do orçamento da União e repassá-los a taxas menores que as de mercado se isso trouxer benefícios para a sociedade."

Segundo Rossi, para se ter uma ideia desses benefícios, com a concessão de R\$ 4,7 bilhões do FNO, volume liberado em 2013, o impacto esperado na economia é de R\$ 15,8 bilhões sobre o Produto Interno Bruto (PIB), de R\$ 4,8 bilhões em tributos, de R\$ 30,9 bilhões em Valor Bruto de Produção e de R\$ 3,2 bilhões em salários, além de manutenção e criação de 725 mil postos de trabalho.

Rossi conta que a instituição, em parceria com governos estaduais, prefeituras, Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), desenvolve o programa FNO Itine-



Rossi: "Em maio do ano passado, atingimos a marca de 100% dos municípios com alguma operação de crédito"

Divisão do bolo

Recursos distribuídos por Estado em 2014 - em R\$ milhões

Estado	FNO	Demais fontes**	Total de fomento	Crédito comercial	Total geral
Acre	378,00	3,00	381,00	40,00	421,00
Amapá	270,00	2,00	272,00	14,40	286,40
Amazonas	1.026,00	10,00	1.036,00	110,40	1.146,40
Maranhão	-	385,00	385,00	72,00	457,00
Mato Grosso	-	881,00	881,00	80,00	961,00
Pará	1.620,00	11,00	1.631,00	497,60	2.128,60
Rondônia	918,00	8,00	926,00	76,00	1.002,00
Roraima	270,00	2,00	272,00	9,60	281,60
Tocantins	918,00	8,00	926,00	60,00	986,00
Fora da Amazônia*	-	502,40	502,00	640,00	1.142,40
Total	5.400,00	1.812,40	7.212,40		8.812,40

Fonte: Banco da Amazônia. * O Banco da Amazônia atua em São Paulo e no Distrito Federal, com projetos voltados para a região da Amazônia; **O FDA, FMM, FINEP/INOVACRED estão disponíveis para aplicação em toda a Amazônia Legal por demanda

rante, em que técnicos percorrem municípios para conhecer as necessidades e descobrir oportunidades de investimentos, principalmente nos locais de menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

"Em maio do ano passado,

atingimos a marca de 100% dos municípios com alguma operação de crédito", afirma. "A fábrica de motocicletas da Zona Franca de Manaus é financiada pelo banco? Não. Mas quem produz o pneu para seus veículos é. A indústria de refrigerante

é uma grande compradora de guaraná? Nós financiamos os produtores. Assim como podemos financiar hospitais, lojas ou shoppings em áreas urbanas que necessitam. São exemplos do trabalho que o banco tem desenvolvido", afirma Rossi.

O desenvolvimento sustentável da Amazônia acelera em duas rodas

Desde os anos 1970 as maiores fabricantes globais e nacionais de motocicletas e bicicletas investem no Polo Industrial de Manaus.

São montadoras que desenvolvem produtos atrativos, empregam e capacitam trabalhadores, geram crescimento econômico e social e contribuem para a preservação da Floresta Amazônica. O Setor de Duas Rodas mostra como é possível impulsionar o crescimento de um país, oferecendo veículos de qualidade e eficiência para as mais variadas necessidades de mobilidade e transporte. Investindo em tecnologia, nos seres humanos e no meio ambiente, estas empresas constroem um dos maiores polos de produção de veículos de duas rodas do mundo.

Isto tem nome.
E se chama desenvolvimento sustentável.

Associação Brasileira dos Fabricantes de Motocicletas, Ciclomotores, Motonetas, Bicicletas e Similares
www.abraciclo.com.br

Zona Franca Expectativa é que benefícios sejam renovados por 50 anos

Prorrogação proporciona mais segurança jurídica

Eduardo Belo
Para o Valor, de Manaus

Os políticos amazonenses podem divergir sobre qualquer assunto, mas um tema parece unir a todos, independentemente da coloração ideológica e do espectro partidário: é a Zona Franca de Manaus. Se havia alguma dúvida sobre a procedência do velho ditado amazonense, ela deixou de existir com o debate sobre a prorrogação dos benefícios da Zona Franca por mais 50 anos. O tema aproxima não só as lideranças políticas como também as empresariais e acadêmicas. Por vários motivos. A medida foi aprovada em primeiro turno na Câmara dos Deputados. Ainda precisa passar por segunda votação e ir ao Senado — o que deve ocorrer neste semestre.

Um dos argumentos mais fortes é o sobre o papel da Zona Franca na preservação ambiental. A criação do polo fabril Manaus, há 47 anos, permitiu o surgimento de uma alternativa econômica capaz de reduzir a pressão sobre a área de floresta do Amazonas. Hoje, o maior Estado do país e o com maior área de floresta original preservada: 97%, pelos cálculos do governo local.

A Zona Franca permitiu que, apesar de concentrar sua atividade econômica em uma porção exígua do território, o Amazonas se tornasse o Estado com maior Produto Interno Bruto (PIB) da região Norte, com participação de 1,6% na riqueza do país, e participação de 2,2% na

receita total de ICMS, portanto com participação proporcional maior que sua importância para a economia brasileira. Com 52% da população do Amazonas, Manaus detém 80% do poderio econômico do Estado.

Outro argumento sólido é o da atração de investimentos. A prorrogação incentivaria novos empreendimentos com maior potencial tecnológico, conteúdo nacional e de exploração das potencialidades locais de forma sustentável, de modo a fortalecer ainda mais a economia amazônica. Também forneceria uma espécie de “segurança jurídica” para investidores interessados na renúncia fiscal, defende o titular da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), Thomaz Nogueira.

O benefício consiste em isenção parcial do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), Imposto de Importação e ICMS. Sem a prorrogação, investimentos que podem levar até dez anos para oferecer retorno deixariam de interessantes justamente quando vence o prazo estabelecido para o fim do benefício original, argumenta Augusto Rocha, professor da Universidade Federal do Amazonas.

“A prorrogação dá segurança ao empresário que está aqui de ampliar os investimentos, ao mesmo passo que vai atrair novas indústrias para investimentos a médio e longo prazos e isso aumenta a nossa expectativa de crescimento econômico”, proclama o governador José Melo (PROS). “E eu não



Thomaz Nogueira: empreendimentos com maior potencial tecnológico

tenho dúvida de que a prorrogação vai passar [no Congresso], porque hoje há um consenso nacional sobre a importância dela para a região e para o Brasil.”

O governador também defende, a partir da prorrogação, uma “nova roupagem” para a Suframa. A proposta é modernizar a estrutura do órgão, aumentar o número de servidores e torná-lo financeiramente mais sólido e independente.

Uma das maiores reclamações que se ouve das lideranças manauaras é o contingenciamento de até 60% das verbas da superintendência como parte do esforço do governo federal para produção do superávit primário. A falta de recursos se reflete na conservação da infraestrutura do distrito industrial de Manaus, de responsabilidade do órgão. Na passagem da reportagem do **Valor** pelo distrito, no início de maio, o que se via

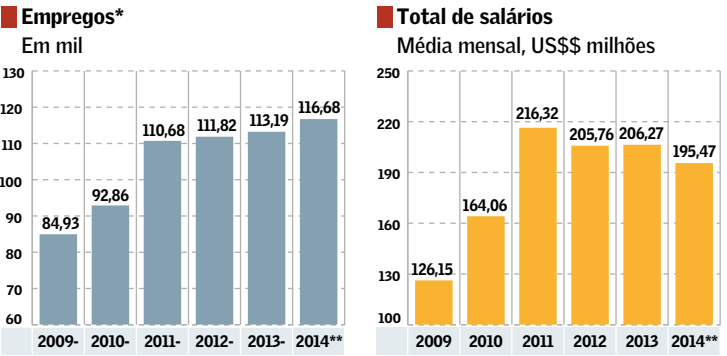
eram vias sem manutenção e mal sinalizadas. Alguns trajetos entre o distrito e o porto de Chibatão chegam a ter o dobro da extensão original, de em média seis quilômetros, devido à necessidade de desvios, afirma Jhony Fidelis, gestor do terminal portuário. O orçamento previsto para a Suframa na Lei de Diretrizes Orçamentárias para este ano é de cerca de R\$ 500 milhões.

Uma das principais preocupações em relação à prorrogação é quanto a União Europeia. Este ano, os europeus encaminharam à Organização Mundial do Comércio (OMC) uma consulta sobre a concessão de benefícios para a indústria sediada em Manaus. Para o superintendente da Suframa, a questão será superada sem maiores problemas.

Segundo ele, empresas europeias não têm participação significativa nos mercados atendi-

Mais emprego, menos salário

Empresas industriais da Zona Franca



Salário versus emprego

Setor industrial da Zona Franca, em 2014**

Setor	Ocupados	Salário médio (em R\$)
Eletroeletrônico***	51.444	1.688,08
Relojoeiro	2.088	1.110,49
Duas rodas	18.126	2.549,33
Termoplástico	10.372	1.624,85
Bebidas	1.901	1.331,83
Metalúrgico	8.197	1.687,29
Mecânico	8.629	1.673,32
Madeireiro	804	1.297,89
Papel e papelão	2.238	1.711,84
Químico	2.135	3.235,88
Material de limpeza e velas	33	1.703,03
Vestuário e calçados	402	834,33
Produtos alimentícios	749	1.639,25
Editorial e gráfico	820	1.546,22
Têxtil	760	938,55
Mineral não metálico	797	2.636,14
Mobiliário	559	1.324,87
Beneficiamento de borracha	590	1.603,56
Ótico	559	1.618,43
Brinquedos	682	1.650,15
Isqueiros, canetas, barbeadores descartáveis	2.789	2.498,82
Naval	1.415	1.404,24
Diversos	595	1.455,29

* Exceto terceirizados e contratos temporários ** Até março
*** Inclui bens de informática Fonte: Suframa

dos pela Zona Franca. “A maior parte das empresas que estão no PIM é estrangeira, várias delas europeias”, pondera Thomaz Nogueira. “Se não fosse a Zona Franca, boa parte dos mercados atendidos pelas empresas europeias via Manaus estaria sendo atendido pelos concorrentes asiáticos a partir da Ásia. Por isso, o eventual fim da Zona Fran-

ca pode ser danoso para a UE.”

Nogueira afirma que Suframa, Ministério do Desenvolvimento e Itamaraty estão conversando os embaixadores da União Europeia para explicar a questão “e todos estão convencidos de que a existência da Zona Franca de Manaus é pertinente, sobretudo no aspecto ambiental, o que para eles é uma questão muito sensível”.

Desenvolvimento regional
com crescimento econômico,
conservação ambiental
e inclusão social

Ministério da
Integração Nacional

Incentivos fiscais Desde 2006, foram liberados R\$ 19,3 bilhões para geração e transmissão de energia

Logística é ponto central da Sudam

Maria Alice Rosa

Para o Valor, de Belém

Um dos mecanismos que têm contribuído para o desenvolvimento econômico dos estados da Amazônia Legal nos últimos anos é a concessão de incentivos fiscais e financeiros da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), vinculada ao Ministério da Integração Nacional. De 2006 a março deste ano, foram liberados R\$ 19,3 bilhões para projetos de infraestrutura na região, com a maior parcela dos incentivos destinada, nos últimos anos, para obras de geração e transmissão de energia no Amazonas, Mato Grosso, Tocantins, Rondônia, Maranhão, Amapá e Pará. No mesmo período, foram liberados R\$ 1,5 bilhão para outros setores, como artefatos de couro, alimentos, mineração e metais, e bioenergia. “Agora vamos dar priorizar projetos de logística e saneamento. O desenvolvimento da região depende de boa infraestrutura”, afirma Djalma Mello, o superintendente da Sudam.

Os projetos de energia incluem uma linha de transmissão de 527 quilômetros entre Tucuruí e Jurupari, no Pará; uma usina hidrelétrica de 73.500 kW em

Rondônia, uma usina termelétrica com potência de 81.250 kW em Ponta Negra, no Amazonas; além de uma outra linha de transmissão, entre a paraense Oriximiná e Macapá, no Amapá, um percurso de 713 quilômetros. Em logística, foi aprovada neste ano a liberação de 207,5 milhões para concessionária Morro da Mesa, em projeto de recuperação de 122 quilômetros de rodovia em Mato Grosso. No mesmo estado, foi aprovada neste ano a consulta prévia da empresa Rota do Oeste para a conservação, recuperação e de ampliação da BR-163.

As obras de energia contaram com incentivos financeiros da Sudam por meio do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA), que é voltado para empreendimentos privados em área consideradas prioritárias pelo governo federal para o desenvolvimento da Amazônia Legal. Entre 2006 e março deste ano, do total de recursos liberados, R\$ 3,2 bilhões referem-se ao FDA, cujos financiamentos são feitos por intermédio do Banco da Amazônia, Banco do Brasil ou Caixa Econômica Federal.

Segundo Mello, esses projetos absorveram investimentos de mais

R\$ 6 bilhões em recursos das próprias empresas, dinheiro proveniente de outros estados ou do exterior, além de R\$ 10 bilhões de outras fontes, como financiamentos de instituições privadas, por exemplo. “Isso é fundamental para ver a importância do programa. Com FDA, trouxemos R\$ 16 bilhões, que representam aumento de estoque bruto do capital fixo”, afirma. “São investimentos em máquinas, equipamentos. Quanto maior o capital fixo da região, mais desenvolvida ela é”, explica Mello. Os prazos do FDA são de 12 anos, mas passam para 20 anos se o projeto for de infraestrutura. Os juros vão de 5% a 6,5% ao ano, dependendo das características do projeto.

Os incentivos fiscais, que correspondem ao restante dos recursos liberados (cerca de R\$ 16 bilhões) englobam quatro modalidades: redução de 75% do Imposto de Renda, destinada a projetos considerados prioritários pelo governo federal; reinvestimento, que prevê abatimento de 30% do valor do IRPJ, desde que acrescido em 50% com recursos próprios, para aquisição de máquinas e equipamentos; isenção do Adicional ao Frete para renovação da Marinha Mercante (AFRMM) para projetos de



Bezerra de Mello: depois de energia, prioridade passou a ser a logística

modernização, ampliação e diversificação de atividades de interesse regional, assim como o incentivo Depreciação Acelerada Incentivada para o Cálculo do IRPJ e Desconto dos Créditos da Contribuição para PIS/Pasep e Cofins - exclusivo para atividades definidas como prioritárias pelo governo federal. Somente em relação à redução do Imposto de Renda, a superintendência aprovou 1.531 projetos, no período entre 2007 e o primeiro trimestre deste ano, conforme dados da Receita Federal. O Amazonas foi o maior beneficiado, com 827 projetos (54% do total), seguido de Mato Grosso, com 297 (ou 19%) e Pará, com 199, o equivalente a 13% do total. No ano passado, foram liberados

R\$ 3,5 bilhões para 236 projetos, beneficiando 151 empresas, com criação ou manutenção de R\$ 420 mil empregos na região.

“Se pensar no Mato Grosso ou Tocantins, é soja. Se pensar no Amazonas, é Zona Franca. Já no Pará, é minério. Depende da economia de cada estado”, afirma o titular da Sudam. As necessidades da cadeia produtiva também merecem atenção. “No processo da industrialização do peixe, o couro poderia ser aproveitado, mas é jogado fora. Estamos investindo R\$ 2 milhões em tecnologia de beneficiamento do couro”, diz Mello. Outra estratégia é estimular negócios por meio de iniciativas como o Portal de Negócios da Amazônia.

Polo industrial aguarda R\$ 680 milhões

Eduardo Belo

Para o Valor, de Manaus

Com investimento acumulado que já supera os US\$ 10 bilhões em 47 anos de existência da Zona Franca, o Polo Industrial de Manaus (PIM) deve receber mais R\$ 680 milhões nos próximos três anos em um total de 41 projetos novos e de expansão das atividades de empresas instaladas. São 13 novos empreendimentos e 28 expansões ou modernizações do parque fabril.

Os investimentos contemplam desde a produção de plástico injetado – empregado nos gabinetes de aparelhos eletrônicos – até a produção de bicicletas e a diversificação da carteira de componentes eletrônicos.

Com cerca de 600 empresas instaladas em 20 setores, o PIM fechou o ano de 2013 com faturamento de R\$ 83,3 bilhões, 10,4% acima alcançado no ano anterior. A oferta de empregos também cresceu 1,1% na média do ano, com 121,6 mil pessoas contratadas na média mensal. Em dezembro de 2013 havia 126,1 mil, 6,2% mais que no mesmo mês do ano anterior. A expectativa é que os novos investimentos gerem mais 500 empregos di-

retos em três anos. O PIM representou a arrecadação de R\$ 820 milhões em ICMS ao longo de 2013, proporcionando uma renúncia fiscal de R\$ 5 bilhões.

O predomínio pertence ao setor eletroeletrônico. Ele responde por 36,6% do faturamento apurado pela Superintendência da Zona Franca de Manaus (Sufra) no primeiro trimestre deste ano. O setor é composto por aproximadamente 140 empresas, seguido pelo polo de duas rodas (17 fabricantes de motocicletas e bicicletas e em torno de 40 fornecedores de componentes), com 16,1%, bens de informática (15,4%) e químico (11,2%). Setores como metalúrgico e termoplástico seguem depois e aparecem com participação em torno de 4%.

No segmento de duas rodas, a Honda domina. Com 80% do mercado brasileiro de motocicletas, a empresa mantém em Manaus a maior unidade industrial fora do Japão em todo o mundo. Embora não revele valores, a empresa continua investindo em Manaus, afirma Mário Okubo, gerente de relações institucionais. O setor se ressentia da queda das vendas nos últimos dois anos devido à restrição do crédito. Em



Mário Okubo, da Honda, que tem em Manaus a maior unidade fora do Japão

2013, a Honda montou 1,35 milhão de motocicletas em Manaus, 10% menos que no ano anterior. Okubo conta que a empresa espera repetir este ano o número de 2013. A queda das vendas no

varejo deve ser compensada por vendas para empresas e órgãos públicos, inclusive no exterior.

Mesmo com a nacionalização de boa parte da produção – o polo de duas rodas, por exemplo,

trabalha com 93% de matérias primas e insumos nacionais –, o PIM ainda se escora fortemente na importação de materiais destinados à produção.

O aumento das atividades em 2013 levou a um crescimento de 11% na compra de insumos no exterior. O valor chegou a US\$ 12,35 bilhões em matérias primas e componentes importados, quase 13 vezes o total das exportações, de menos de US\$ 900 milhões no ano.

Apesar do perfil voltado para bens de consumo, o PIM vem se diversificando. O caso mais ilustrativo é a instalação da primeira indústria de bens de capital do polo, a Voith Hydro, que em 2011 começou a produzir em Manaus turbinas e geradores para usinas hidrelétricas. A fábrica, com 111 mil metros quadrados de área, é a única do grupo capaz de produzir qualquer tipo de turbina hidrelétrica, rotor e gerador, além das partes mecânicas e elétricas integrantes do equipamento. “A planta da Voith Hydro em Manaus justifica-se pela sua localização estratégica, muito próxima a importantes projetos na região Norte do país”, explica Marcos Blumer, presidente da Voith Hydro Brazil.

Minério é fonte para projetos milionários

Simone Goldberg

Para o Valor, do Rio

A Amazônia é rica em minérios. Ferro, ouro, cobre, bauxita, entre outros, são encontrados na região, fazendo empresas nacionais e estrangeiras tocarem projetos milionários – às vezes bilionários - por lá. Um exemplo é a expansão da produção de ferro em Carajás, da Vale. O S11D é um empreendimento avaliado em US\$ 19,67 bilhões, dos quais US\$ 8,09 bilhões vão para a mina e a usina e US\$ 11,58 bilhões para a logística, com a expansão da capacidade da Estrada de Ferro Carajás e do terminal marítimo de Ponta da Madeira, no Maranhão.

Em abril, o BNDES aprovou um financiamento de R\$ 6,2 bilhões para o projeto, que deve iniciar operações em 2016. Quando estiver operando a plena carga, o S11D terá capacidade para 90 milhões

de toneladas anuais de minério de ferro. Com isso, a produção da Vale em Carajás saltará para 230 milhões de toneladas, o que deve ocorrer em 2018. Em 2013, a Vale produziu em Carajás cerca de 105 milhões de toneladas.

Dados do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram) mostram que o setor mineral brasileiro vai receber, entre 2014 e 2018, US\$ 53,6 bilhões em investimentos. Deste volume, cerca de US\$ 15,9 bilhões irão para os Estados da Amazônia Legal. O Pará fica com mais de US\$ 11 bilhões e o restante vai para Amazonas, Maranhão, Tocantins, Amapá e Mato Grosso.

“A atividade mineral é complexa e de altíssimo risco”, diz o diretor de Assuntos Ambientais do Ibham, Rinaldo Mancin. Segundo ele, um em cada dez mil pesquisas tem chance de sucesso e na Amazônia, ainda existem vastas áreas sem mapeamento geológico. Além dis-

so, observa ele, o contexto ambiental delicado e a carência de infraestrutura encarecem os projetos.

Para o secretário de Geologia, Mineração e Transformação Mineral do Ministério das Minas e Energia, Carlos Nogueira da Costa Júnior, o potencial da região é inegável, mas o fato de a Amazônia possuir unidades de conservação e terras indígenas restringe as áreas de mineração – caso mais específico do Amapá e de Roraima, cujas áreas estão quase que totalmente dentro destas condições.

Costa Júnior listou 17 projetos de empresas nacionais e estrangeiras em curso na região amazônica, a grande maioria no Pará – já incluindo a expansão de Carajás, pela Vale - e envolvendo ferro, bauxita, ouro, níquel, cobre, fosfato e potássio. Os outros, distribuídos por Amapá, Amazonas, Roraima, Rondônia e Mato Grosso, extraem calcário, ouro, prata,

potássio, tântalo e nióbio.

Na avaliação do diretor da Agência Para o Desenvolvimento Tecnológico da Indústria Mineral Brasileira (Adimb), Onildo Marini, o novo marco regulatório da mineração, que está para ser votado no Congresso Nacional, atrapalha projetos não só por elevar taxas, mas pelo maior controle do governo sobre o setor. “Esse ambiente está dificultando a obtenção de financiamentos para a mineração no país”, observa.

Uma das empresas que esprearam recursos é canadense Rio Novo, que pretende tocar adiante seu Projeto Almas, de produção de ouro, no Tocantins. “Quando tivermos o financiamento, o projeto levará mais um ano para iniciar”, observa o CEO da empresa, Patrick Panero. O investimento é calculado em US\$ 150 milhões, para a produção de cerca de 700 mil onças de ouro

em um período de treze anos.

No Mato Grosso, a Rio Novo tem o projeto Matupá, também de ouro, que ainda está em fase de exploração. Atualmente há em torno de 400 mil onças mapeadas e, para Panero, ainda é cedo para dizer como se desenvolveria o projeto, que também deve exigir algo entre US\$ 150 e 200 milhões.

Já a australiana Beadell Resources reiniciou atividades no Projeto Tucano, no Amapá, em meados de 2011. Investiu US\$ 100 milhões em estruturas de produção de ouro, que começou, de forma comercial, em abril do ano passado. De lá até março de 2014, foram produzidas 184,6 mil onças. Segundo seu CEO, Peter Bowler, o projeto conta também com depósitos significativos de minério de ferro. Isso motivou outros US\$ 12 milhões aplicados em uma unidade de concentração magnética para extrair o material de alto teor da unidade de ouro.

Cresce a participação em energia

Roberto Rockmann

Para o Valor, de São Paulo

O futuro do setor elétrico repousa sobre a Amazônia. Com cerca de 70% das hidrelétricas responsáveis pela geração de energia elétrica, o Brasil tem uma das matrizes elétricas mais limpas e mais baratas do mundo. Para atender a um crescimento da demanda anual de cerca de 4% ao ano e com o consumo tendo voltado a patamares pré-racionamento, ganhará peso ao longo dos próximos meses o debate sobre como planejar o futuro da matriz e sobre a construção de hidrelétricas com grandes reservatórios, tema que opõe ambientalistas, governos e empresários.

O assunto se torna ainda mais explosivo se analisado um dado: 65% do potencial hidrelétrico está na região Amazônica, sendo que o Brasil é dono do terceiro maior potencial hidrelétrico do planeta, com 10% de todo o recurso hídrico mundial. Desde a década de 1990, por conta de pressões ambientais, o Brasil privilegia investimentos na construção de hidrelétricas a fio d’água, ou seja, sem grandes reservatórios de armazenagem, ao contrário do que se via nas décadas de 1970 e 1980. “Antes tínhamos reservatórios que permitiam que pudessemos armazenar água por dois ou três anos, o que ampliava a segurança do planejamento. Hoje estamos mais dependentes de São Pedro”, diz Luiz Pinguelli Rosa, ex-presidente da Eletrobrás.

O avanço das hidrelétricas na região Amazônica incorpora o conceito das usinas a fio d’água, que, por aproveitarem a vazão do rio, dispensam a construção de grandes reservatórios como feitos antigamente, reduzindo a área alagada. A questão é que, ao se dispensar a construção de grandes reservatórios, diminui-se a energia armazenada. Estudo da Firjan aponta que, em 2001, a capacidade de regularização dos reservatórios – o quanto de energia o país pode armazenar na forma de água para suprir a demanda de energia – era de pouco mais de seis meses. Já em 2012, a capacidade de regularização caiu para 4,91 meses. Segundo um estudo da CPFL Energia, em 2018, com as usinas já em construção, esse número deve cair mais e chegar a 3,8 meses.

O sistema interligado da região Norte, em dezembro de 2012, contava com capacidade de 10.000 MW, sendo 96% de geração hidráulica e 4% de térmicas. A maior parte dos aproveitamentos hidráulicos está localizada no Pará.

A capacidade instalada no Sistema Interligado Nacional entre 2013 e 2022 deverá crescer 53% no período, saltando de cerca de 120 mil MW para 183 mil MW, segundo projeções do mais recente Plano Decenal elaborado pela EPE. O principal destaque é a elevação da participação do Norte na expansão de projetos de geração de energia elétrica, passando de 10%, no início de 2013, para 26% da capacidade instalada no SIN, em 2022, totalizando 34.344 MW de expansão. A região deverá pular de 17 mil MW de potência para 46 mil MW, uma alta de 277%, impulsionada pelo aproveitamento de projetos hidrelétricos, seja pela entrada de usinas já em construção, como Belo Monte, como que poderão ser construídos, como a Usina de São Luiz dos Tapajós.

No Plano Decenal, entre 2018 e 2022, estão previstos os seguintes projetos hidrelétricos que poderão ser viabilizados na região Norte: São Luiz dos Tapajós (PA), Jatobá (PA), Jiparaná (RO), Bem Querer (RR), Salto Augusto Baixo (MT/AM), São Simão Alto (MT/AM), Marabá (AM/PA). Somados, eles respondem por pouco mais de 16 mil MW de potência instalada, mais de 75% da capacidade instalada de hidrelétricas prevista para entrar em operação em novos projetos no Brasil entre 2018 e 2022.

O principal destaque é a hidrelétrica de São Luiz dos Tapajós, no Pará, com oito mil MW. A licitação poderá ser realizada no fim do ano. “O cronograma é apertado, mas estamos trabalhando para viabilizar”, diz o presidente da Empresa de Pesquisas Energéticas, Maurício Tolmasquim.

Pará Com localização estratégica, Estado dá prioridade a megaprojetos de infraestrutura

Obras criam ambiente mais atrativo

Maria Alice Rosa
Para o Valor, de Belém

Entre rio Amazonas e o Atlântico, de frente para Europa e EUA, o Estado do Pará se prepara com megaprojetos de infraestrutura para um futuro de crescimento que espera ser ‘imbatível’.

Grandes obras de infraestrutura e programas governamentais de estímulo a novos projetos criaram nos últimos anos um ambiente atrativo para a realização de investimentos no Estado, que vive um momento privilegiado. De 2012 até 2016, os aportes chegam a R\$ 150 bilhões em recursos públicos e, majoritariamente, privados, proporcionando a criação de 160 mil vagas somente em empregos diretos, segundo um estudo realizado pela Federação das Indústrias do Estado do Pará (Fiepa).

Ao impacto que estes empreendimentos terão em áreas estratégicas como as de mineração, logística e energia, soma-se a localização do Estado, que tem seus portos na esquina entre o rio Amazonas e o Oceano Atlântico, em ligação direta com Europa, Estados Unidos e Caribe. “O futuro, em termos de crescimento econômico, se desenha imbatível para o Pará. Mas não queremos ser um local de passagem. Esta expansão precisa ocorrer por meio do desenvolvimento do nosso estado, com benefício para os paraenses, o que ainda não temos”, afirma o governador do Pará, Simão Jatene (PSDB).

De vocação predominantemente mineral, o Pará tem cerca de 90% de suas vendas externas abastecidas pelo setor, com o qual responde pelo segundo maior saldo comercial do Brasil — de US\$ 14,7 bilhões em 2013.

Essa posição, no entanto, não tem peso significativo nas receitas estaduais, como o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviço (ICMS) tem para estados produtores de bens industrializados, pois a Lei Kandir veta a cobrança de ICMS para produtos básicos e semi-elaborados destinados à exportação.

Situação parecida ocorre no setor energético. Apesar de ser um dos maiores produtores de energia elétrica do país, o Pará também perde porque, por lei, tudo o que sai de seu território só pode ser tributado na ponta do consumo. "É fundamental criar mecanismos para recompensar o estado pela grande alavancagem que dá ao comércio internacional do Brasil", afirma o presidente da Fiepa, José Conrado Santos. Muitas propostas têm sido estudadas — de reforma tributária a cobrança de royalties e industrialização dos recursos minerais exportados.

São questões como estas, na visão do governador, que fazem com que o Pará tenha o maior Produto Interno Bruto (PIB) do norte (39,5% em 2011) e, ao mesmo tempo, a menor renda per capita entre os sete estados da região (R\$ 11,4 mil), segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). É este o quadro que os paraenses esperam transformar agora.

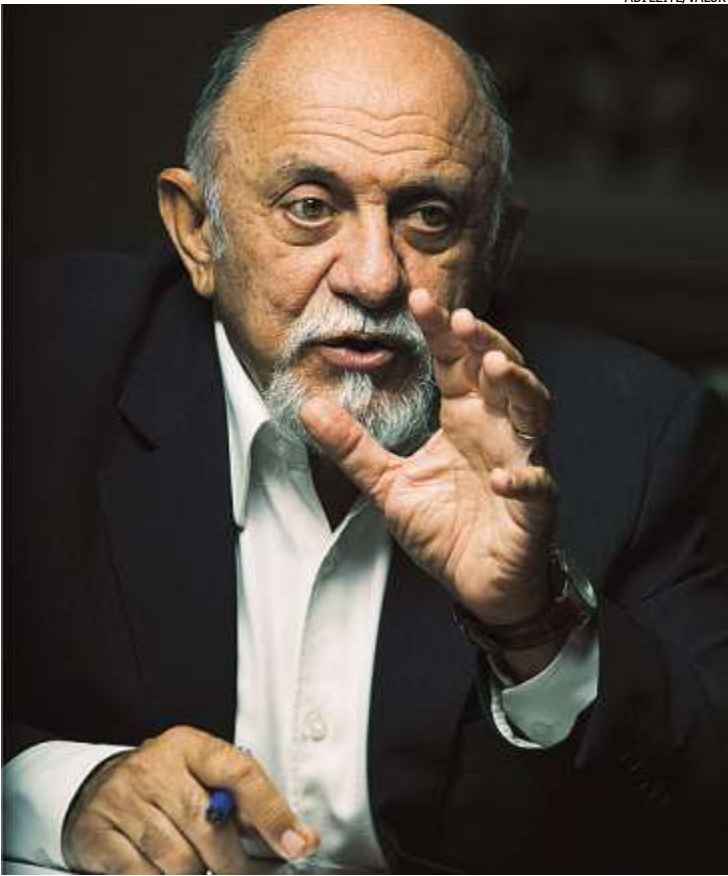
Conrado diz que 80% dos investimentos previstos são recursos privados e as iniciativas envolvem todas as regiões do estado em setores de infraestrutura, energia e agroindústria, além de extrativismo e transformação mineral, destino de mais da metade dos R\$ 150 bilhões. Segundo ele, também há investimentos em segmentos como o moveleiro

e o têxtil, importantes para a entidade, que defende a diversificação da indústria local, com foco nas necessidades das cadeias produtivas. A estratégia tem repercutido no exterior. Em abril, a revista do jornal britânico “Financial Times”, a “FT Magazine”, publicou a pesquisa "South American States of the Future 2014/15", em que o Pará é apontado como o quarto melhor para investimentos no Brasil.

Uma das companhias que se destacam em relação a empreendimentos novos é a Alcoa, que destina R\$ 600 milhões para a expansão da unidade de mineração de bauxita, em Juruti, no oeste do Pará, criando 800 empregos. "O estado tem se posicionado como referência quando o assunto é o desenvolvimento de um modelo de mineração sustentável. Mas precisa rever questões como a navegabilidade e custos produtivos e logísticos", afirma Aquilino Paolucci, presidente da Alcoa América Latina & Caribe.

No eixo logístico, um dos projetos mais reivindicados pelo Estado, o derrocamento do Pedral do Lourenço, foi retomado em março último, quando a presidente Dilma Rousseff lançou o edital para licitação das obras que darão navegabilidade para toda a hidrovia Araguaia-Tocantins, possibilitando o escoamento, principalmente de grãos, do Norte e do Centro-Oeste brasileiro. Um mês antes, foi inaugurado o complexo portuário Miriituba-Barcarena, empreendimento de R\$ 700 milhões da Bunge, que poderá ajudar a desafogar portos das regiões Sudeste e Sul.

Na área de energia, o Estado abriga entre as obras a usina Belo Monte, da Norte Energia, um in-



Jatene: "Somos um santuário, uma espécie de almoxarifado do Brasil"

vestimento de R\$ 25,8 bilhões. "Belo Monte é uma fonte estratégica de energia limpa e renovável para o desenvolvimento do Brasil e trará benefícios permanentes aos municípios da região", afirma o diretor-presidente da Norte Energia, Duílio Diniz de Figueiredo. Segundo ele, as polêmicas em torno do impacto ambiental da usina se dão por desconhecimento do projeto atual.

Outro destaque é o Ecoparque, novo complexo industrial da Natura, no município de Benevides, região metropolitana de Belém. O projeto, de R\$ 178 milhões, inclui a primeira fábrica de sabo-

netes da empresa no Pará. "Em breve, investiremos em mais duas novas linhas de sabonetes que iniciarão suas produções em 2015", afirma João Mocelin, diretor industrial da Natura.

O desafio agora, segundo o governador, é produzir mais sem promover prejuízo ambiental, o que, no caso de um estado cujo maior capital está nos recursos naturais, seria uma espécie de suicídio econômico. Não se desenvolver, porém, seria um erro. “Dependendo de quem nos olha, somos um santuário - intocáveis nas nossas riquezas - ou o almoxarifado do Brasil, disponíveis

Principais indicadores

Pará em números



■ Área total	1.248 mil km²
■ População em 2013*	7,970 milhões
■ Número de municípios	144
■ Densidade demográfica em 2013	6,07 habitantes/km²
■ Esperança de vida ao nascer em 2010	67,6 anos
■ Grau de urbanização em 2012	68,9%
■ PIB per capita em 2011	R\$ 11.493,73
■ Taxa de analfabetismo em 2010**	11,62%
■ Taxa de mortalidade infantil em 2011	20,6 (por mil nascidos vivos)
■ PIB corrente em 2011	R\$ 88,371 bilhões
■ IDH-M em 2010	0,646

Fonte: IBGE, Banco Central e Data Sus. Elaboração: Valor Data * Estimativa. ** Com 15 anos ou mais.

para servir o país com estas mesmas riquezas. Isto precisa acabar.” Para Jatene, o estado tem um duplo papel a desempenhar: “Ser um prestador de serviços ambientais em escala mundial. E ser base material de vida digna para as pessoas que vivem aqui e para o próprio país.” Neste raciocínio, diz, não há como não ter na preservação ambiental uma prioridade em pleno desenvolvimento. “Temos de fazer com que este objetivo não seja apenas discurso. É um desafio e tanto, mas acho que o Pará pode se tornar um ícone de desenvolvimento sustentável para o mundo.”

A Camargo Corrêa é parceira do desenvolvimento sustentável da Amazônia Legal.

A Construtora Camargo Corrêa se orgulha de participar da execução de obras que contribuem para o desenvolvimento sustentável da Amazônia Legal. Projetos nos segmentos de energia, ferrovia, mobilidade urbana e infraestrutura que geram renda e novas oportunidades para moradores de nove Estados brasileiros. Preparada para desenvolver de ponta a ponta obras de alta complexidade e grande porte logístico, a Construtora Camargo Corrêa leva para as regiões onde atua técnicas inovadoras com eficiência operacional e foco na responsabilidade socioambiental.

CAMARGO
CORRÊA

Maranhão Infraestrutura e distritos industriais renovados atraem empreendedores

De olho nos grandes investidores

Jacilio Saraiva
Para o Valor, de São Paulo

Com 80% da sua área inserida na Amazônia Legal, o Maranhão investe na atração de grandes empreendimentos, na criação de distritos industriais e em um programa de formação de fornecedores para descentralizar o desenvolvimento econômico. A ideia é criar novos polos de investimento em todas as regiões do Estado. Dos 217 municípios maranhenses, 183 estão na região. Entre os maiores projetos em operação estão a fábrica da Suzano Papel e Celulose, avaliada em US\$ 3 bilhões e inaugurada em março, e o novo Terminal de Grãos do Maranhão (Tegram), no Porto de Itaqui, previsto para funcionar ainda em 2014.

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) revelam que o Produto Interno Bruto (PIB) do Maranhão alcançou R\$ 52,1 bilhões, um crescimento de 10,3% em 2011 em relação a 2010, que era de R\$ 45,2 bilhões. O dado é o mais recente divulgado pela instituição.

A indústria representou naquele ano, 17,5% do PIB estadual, com uma taxa de crescimento de 8,8%. O resultado coloca a economia maranhense como a 16ª posição no ranking nacional. O PIB per capita, de R\$ 7.852, é um dos



Mauricio Macedo: potencial para gerar energia limpa a partir da biomassa

menores do país, só à frente do Piauí, com R\$ 7.835.

De acordo com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento, Indústria e Comércio do Maranhão (Sedinc), dos R\$ 115 bilhões em investimentos públicos e privados previstos de 2009 até o primeiro trimestre de 2014, R\$ 59,3 bilhões já foram concretizados na implantação de 56 empreendimentos. Desse total, R\$ 112 bilhões são investidos na área da Amazônia Legal. “Cem mil empregos diretos foram gerados e ainda temos mais 50 ações em fase de instalação ou em estudo, até 2018”, explica Mauricio Macedo, secretário do Desenvolvimento, Indústria e Comércio.

O processo de desenvolvimento do Estado é caracterizado pela diversificação da produção. “Com a existência de gás na região central do Estado, abriu-se espaço para novos negócios nas áreas de geração de energia, fertilizantes e petroquímica”, diz. “Temos potencial para gerar energia limpa a partir da biomassa, da força hidráulica e eólica, além da agricultura.”

Para reduzir gargalos de infraestrutura, o governo desenvolve um programa rodoviário, que inclui a construção de estradas, e na ampliação de portos. A obra do Anel da Soja, iniciada este ano, interliga quatro rodovias

estaduais, totalizando 684 quilômetros, com investimentos de R\$ 760 milhões, beneficiando 150 mil habitantes de municípios como Balsas, Riachão e Carolina.

O Estado aguarda a reformulação do porto do Itaqui, considerando o quinto em movimentação entre os terminais públicos nacionais. Com 12 áreas a serem licitadas no terceiro bloco de arrendamentos do governo federal, tem potencial para multiplicar por dez o volume de cargas até 2030, saindo dos atuais 15 milhões para 150 milhões de toneladas. Os investimentos somam R\$ 1,3 bilhão e incluem o novo Tegram, com capacidade para movimentar até dez milhões de toneladas, ao ano.

A preocupação com as obras de infraestrutura tem por objetivo atrair empresas dos setores de refino de petróleo, gás natural, papel e celulose, geração de energia, siderurgia, bebidas, ouro, alumínio e logística. A lista inclui a Suzano Papel e Celulose, que inaugurou, no município de Imperatriz, uma fábrica com capacidade para 1,5 milhão de tonelada ao ano, e gerar 25 mil empregos. O investimento é de R\$ 5,8 bilhões e já atraiu outros grupos para a região, como a AkzoNobel, de especialidades químicas, que construiu uma unidade avaliada em 80 milhões de euros. A 67 quilômetros dali, na vizinha

Açailândia, a Gusa Nordeste, do setor de aciaria e laminação, constrói uma planta de laminados, com capacidade de 600 mil toneladas ao ano, e aporte de R\$ 610 milhões.

Em janeiro, o governo inaugurou o Distrito Industrial de Grajaú, a 550 quilômetros de São Luís, com investimentos de R\$ 3,9 milhões. O plano é oferecer uma infraestrutura competitiva para a cidade, conhecida como polo gesseiro, e atrair mais investimentos para a região. O município tem uma reserva estimada de 15,3 milhões de toneladas de gipsita. Oito empresas já estão instaladas e mais seis estão interessadas no projeto.

O governo estadual investiu R\$ 84 milhões em novos e antigos distritos industriais para promover o desenvolvimento descentralizado – mais da metade dos empreendimentos funcionam fora da capital. A meta é investir, em 2014, mais R\$ 44,5 milhões em novos parques empresariais, em cidades como Timon, Caxias e Pinheiro.

Outra ferramenta usada para criar um ambiente de negócios entre as empresas é o Programa de Desenvolvimento de Fornecedores (PDF), que gerou R\$ 3,3 bilhões em contratos, no ano passado. O valor, produzido pelas seis principais mantenedoras da ação – Alumar, Cemar, Ceste, Eneva, Solar e Vale,

Principais indicadores

Maranhão em números



■ Área total	331,9 mil km²
■ População em 2013*	6,794 milhões
■ Número de municípios	217
■ Densidade demográfica em 2013	19,81 habitantes/km²
■ Esperança de vida ao nascer em 2010	69,8 anos
■ Grau de urbanização em 2012	64,0%
■ PIB per capita em 2011	R\$ 7.852,71
■ Taxa de analfabetismo em 2010**	20,44%
■ Taxa de mortalidade infantil em 2011	20,0 (por mil nascidos vivos)
■ PIB corrente em 2011	R\$ 52,187 bilhões
■ IDH-M em 2010	0,639

Fonte: IBGE, Banco Central e Data Sus. Elaboração: Valor Data *Estimativa. ** Com 15 anos ou mais.

levou a um crescimento de 17,3% em relação ao ano anterior. O programa foi implantado em 1999, para capacitar micro, pequenas e médias companhias no fornecimento de produtos e serviços.

Rondônia quer avançar com sustentabilidade

Helô Reinert
Para o Valor, de São Paulo

O governador de Rondônia, Confúcio Moura (PMDB), espera até o final do ano dispor de uma nova lei de zoneamento socioambiental ecológico. O projeto, em fase de elaboração, prevê a criação, na região do cerrado, de uma área de savana. A mudança favorecerá a plantação e exploração comercial de eucalipto, pinus e da espécie nativa paricá, dando novo impulso ao setor madeireiro e moveleiro.

A implantação de um modelo de maior sustentabilidade com florestas plantadas transformouse em uma necessidade. Rondônia é um Estado jovem que tem se destacado pelo desenvolvimento agropecuário e precisa encontrar um caminho para sair do centro da controvérsia desenvolvimento versus impacto ambiental. “Pretendemos ajudar o Brasil e não sermos reconhecidos como um problema”, diz Moura.

Com 52 municípios e uma população estimada de 1,78 milhão em 2013, segundo o IBGE, Rondônia busca diversificar a economia. A participação no PIB nacional é de 0,7%. O Estado tem crescido mais de 7% ao ano e o setor produtivo está confiante. A piscicultura aumentou a produção de 12 mil para 65 mil toneladas entre 2010 e 2013, dinamizando os municípios de Ariquemes, Mirante da Serra e Urupá. Outros setores crescem. O superintendente da Ancar Ivanhoe no shopping de Porto Velho, Ricardo Cintra, está convencido de que Rondônia favorece os negócios.

Inaugurado em 2008, o estabelecimento contou com uma primeira ampliação - de 30 mil para 44 mil metros quadrados de área disponível para locação - antes de completar quatro anos de funcionamento. O shopping fechou 2013 com um faturamento de R\$ 500 milhões.

O funcionamento da usina Santo Antônio e o começo da operação de Jirau contribuíram para expandir a capacidade instalada de geração de energia do Sistema Interligado Nacional. Segundo o Ministério de Minas e Energia, as duas hidrelétricas já contribuem com 1.175,5 MW. O empreendimento atraiu grupos econômicos importantes como a

Principais indicadores

Rondônia em números



■ Área total	237,6 mil km²
■ População em 2013*	1,728 milhões
■ Número de municípios	52
■ Densidade demográfica em 2013	6,58 habitantes/km²
■ Esperança de vida ao nascer em 2010	70,1 anos
■ Grau de urbanização em 2012	75,2%
■ PIB per capita em 2011	R\$ 17.659,33
■ Taxa de analfabetismo em 2010**	8,79%
■ Taxa de mortalidade infantil em 2011	17,1 (por mil nascidos vivos)
■ PIB corrente em 2011	R\$ 27,839 bilhões
■ IDH-M em 2010	0,690

Fonte: IBGE, Banco Central e Data Sus. Elaboração: Valor Data *Estimativa. ** Com 15 anos ou mais.

Indústria Metalúrgica e Mecânica da Amazônia, IMMA, e a Votorantim Cimentos. Impactos sociais provenientes da vinda de trabalhadores de outros Estados ainda não foram quantificados e o desafio atual é diversificar.

“Rondônia vai bem, é viável e quem investir aqui terá um retorno garantido”, diz Gilberto Baptista, superintendente da Federação das Indústrias, Fiero. A tese de que o ambiente de negócios favorece investimentos apoia-se nos incentivos do governo para a atração de indústrias com mais tecnologia, no futuro do mercado andino e no desenvolvimento logístico da região. O grupo André Maggi investirá entre R\$ 110 e R\$ 120 milhões em mais um terminal privado de transbordo em Porto Velho, cidade que integra um importante corredor hidroviário formado pelos rios Madeira e Amazonas.

De São Paulo

Um dos setores que mais crescem no Acre, a construção civil recebeu o impulso do programa de habitação do governo federal. Conhecido como Cidade do Povo, o local abrigará 10.518 unidades habitacionais, praças, quadras poliesportivas, escolas e posto de saúde. A entrega será em etapas que se desdobram até outubro de 2015. O projeto recebeu R\$ 1 bilhão do governo federal e R\$ 200 milhões do estadual para infraestrutura.

Formado por empresas de pequeno e médio porte com faturamento entre R\$ 10 e R\$ 100 milhões, a construção civil gera 10 mil empregos diretos no estado. “O Acre melhora sua infraestrutura e muita coisa vai acontecer”, diz Carlos Afonso Cipriano dos Santos, presidente do Sindicato da Indústria da Construção Civil.

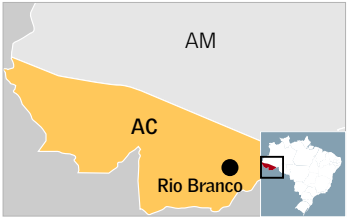
O cheia do Rio Madeira deixou prejuízo de R\$ 600 milhões, segundo o governo do estado. O isolamento provocado pela interrupção da BR-364 levou à busca por alternativas do outro lado da fronteira. “Fomos ao Peru atrás de cimento”, conta o presidente do sindicato. José Luiz Felício, diretor-presidente do grupo Miragina, tradicional marca local de biscoitos, também comprou do país vizinho a farinha necessária para que as máquinas não parassem por muito tempo em meio a uma situação atípica.

“Se por um lado houve retorno, por outro, a situação forçou a busca de soluções que nos organizam para o futuro”, diz. A empresa tem 130 funcionários e fabrica 15 toneladas de biscoito por dia. Superado o susto, a Miragina acelerou a produção com turnos extras. Em breve, com a chegada dos novos equipamentos encomendados de um fabricante de São Paulo, duplicará a produção. Recentemente instalou uma usina de beneficiamento de castanha para a produção de castanha fatiada com sal, óleo extra virgem e biscoitos especiais. “O estado vive um momento interessante. Em breve todos vão ouvir falar mais do Acre”, diz Felício, que também é vice-presidente da Federação das Indústrias do Acre, FIEAC.

A participação do Estado no PIB

Principais indicadores

Acre em números



■ Área total	164,1 mil km²
■ População em 2013*	0,776 milhões
■ Número de municípios	22
■ Densidade demográfica em 2013	4,47 habitantes/km²
■ Esperança de vida ao nascer em 2010	71,7 anos
■ Grau de urbanização em 2012	74,0%
■ PIB per capita em 2011	R\$ 11.782,59
■ Taxa de analfabetismo em 2010**	16,56%
■ Taxa de mortalidade infantil em 2011	18,5 (por mil nascidos vivos)
■ PIB corrente em 2011	R\$ 8,794 bilhões
■ IDH-M em 2010	0,663

Fonte: IBGE, Banco Central e Data Sus. Elaboração: Valor Data *Estimativa. ** Com 15 anos ou mais.

nacional estabilizou em 0,2%, segundo o IBGE. O governador Tião Viana diz que o crescimento do estado depende de um modelo sustentável que englobe participação comunitária, uso de tecnologia e formação de cadeias produtivas. Na suinocultura, a inspiração vem da produção integrada do sul do Brasil. Na piscicultura a meta é agregar valor. Frigoríficos são convidados a diversificar a produção e a investir na piscicultura.

A Cooperativa Central de Comercialização Extrativista do Acre, Cooperacre, sente a resistência de defensores de outro modelo para o extrativismo, mas amplia sua atuação. Criada para comercializar produtos locais, atua na modalidade compra antecipada com formação de estoques. A estrutura engloba 2 mil famílias de produtores envolvidos na coleta, conta com 250 funcionários e recebe apoio municipal, estadual e federal. **(HR)**

Amapá aposta em corredor logístico para escoar soja

Guilherme Meirelles
Para o Valor, de São Paulo

Com uma posição geográfica estratégica, o Amapá tem recebido nos últimos anos uma série de investimentos públicos e privados, o que tem propiciado aumentos do PIB acima da média nacional. Os dados mais recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), relativos a 2011, revelam que o PIB local alcançou R\$ 8,9 bilhões, alta de 4,9% em relação ao ano anterior.

Dois grandes projetos mobilizam a atenção das autoridades e do empresariado. O principal é a breve inauguração (prevista para o segundo semestre) da ponte Binacional ligando o Amapá à Guiana Francesa. A obra, que custou, R\$ 61,32 milhões, está concluída desde 2011, mas não foi inaugurada devido à falta dos postos de aduana e o asfaltamento do trecho de 1,3 km entre o município de Oiapoque e o pátio. Do lado francês, as obras já estão concluídas. A demora nas obras do lado brasileiro se deram em função de problemas burocráticos durante o processo licitatório.

Segundo o governador Camilo Capiberibe (PSB), o governo estadual destinou R\$ 4 milhões para as obras de pavimentação e o montante relativo aos postos aduaneiros, no total de R\$ 13,6 milhões, ficou a cargo do governo federal. Até a inauguração, diz Capiberibe, o trecho de 595 km entre Macapá e Oiapoque estará totalmente asfaltado. “Vamos asfaltar também os 240 km do trecho Sul, que liga Macapá até Laranjal do Jari, na divisa com o Pará”, garante.

Segundo Capiberibe, o governo estadual investiu R\$ 500 milhões na pavimentação de 110 km de rodovias. Com uma rede rodoviária mais estruturada, o governo estadual pretende formar um corredor logístico a rumo ao Porto de Santana (próximo a Macapá), que serviria para o escoamento da soja vinda de Mato Grosso e do Pará. As obras de construção dos silos de armazenagem estão ainda em fase inicial. A vantagem logística seria permitir uma saída mais econômica para destinos como África, Europa e oeste dos Estados Unidos, atravessando o Canal do Panamá. “O custo do frete sairá 30% mais barato”, afirma Capiberibe.

Principais indicadores

Amapá em números



■ Área total	142,8 mil km²
■ População em 2013*	0,735 milhões
■ Número de municípios	16
■ Densidade demográfica em 2013	4,69 habitantes/km²
■ Esperança de vida ao nascer em 2010	72,1 anos
■ Grau de urbanização em 2012	90,0%
■ PIB per capita em 2011	R\$ 13.105,24
■ Taxa de analfabetismo em 2010**	8,13%
■ Taxa de mortalidade infantil em 2011	24,1 (por mil nascidos vivos)
■ PIB corrente em 2011	R\$ 8,968 bilhões
■ IDH-M em 2010	0,708

Fonte: IBGE, Banco Central e Data Sus. Elaboração: Valor Data *Estimativa. ** Com 15 anos ou mais.

Além do transporte de grãos, a região costeira do Estado pode vir a se tornar uma base para futuras explorações de petróleo. Segundo Capiberibe, já foram identificadas reservas no litoral da Guiana Francesa e há possibilidade de haver outras na costa amapaense. O governo estadual pretende aproveitar os incentivos fiscais oferecidos por ser uma Área de Livre Comércio e fazer uma ligação rodoviária entre o porto e o aeroporto de Macapá.

Com 730 mil habitantes (400 mil deles em Macapá), o Amapá é carente em serviços e telecomunicações. Os primeiros cabos de fibra ótica chegaram ao Estado em março, passando pela ponte Binacional, em uma parceria da Oi com uma tele da Guiana Francesa. Na capital, em parceria com o governo federal, estão sendo construídas 4.366 habitações dentro do projeto Minha Casa, Minha Vida.

Mato Grosso Empresas e produtores veem restrições ambientais como empecilhos ao desenvolvimento

Vantagens fiscais são alvo de polêmica

Isabel Dias de Aguiar
Para o Valor, de São Paulo

Historicamente apontado como o Estado que mais promove desmatamento nos biomas Amazônia e do Cerrado, Mato Grosso vive período tumultuado, ainda distante da almejada trégua entre produtores rurais, ambientalistas e consumidores de grãos e carne bovina.

Em fase de implantação do Cadastro Ambiental Rural (CAR), instrumento previsto pelo Código Florestal, grandes consumidores de grãos e fornecedores de insumos agrícolas como ADM, Amaggi, Bunge, Cargill, num total de quase vinte empresas, em acordo inédito com instituições ambientalistas, entre as quais a WWF Brasil e Amigos da Terra, decidiram encerrar a Moratória da Soja, o pacto ambiental criado há oito anos, que decretou o embargo de qualquer tipo de grão produzido em área de desmatamento da Floresta Amazônica.

A ação, que se propunha a estancar o processo acelerado de degradação do bioma Amazônia, que cobre 53,6% da área do Mato Grosso, termina em 31 de dezembro. A partir daí, segundo foi negociado no início deste ano, prevalecerão as normas previstas em lei. Apesar de ser fruto de consenso, o fim da moratória causa apreensão. Empresas exportadoras de grãos e seus derivados temem ser incompreendidos, perder mercado e sofrer represálias, especialmente por parte de clientes europeus, os mais atentos às questões ambientais.

Integrante da Amazônia Legal, desde 1977, quando o antigo Estado de Mato Grosso foi dividido para a criação de Mato Grosso do Sul, essa unidade da federação lidera

Principais indicadores

Mato Grosso em números



- Área total **903,4 mil km²**
- População em 2013* **3,182 milhões**
- Número de municípios **141**
- Densidade demográfica em 2013 **3,36 habitantes/km²**
- Esperança de vida ao nascer em 2010 **72,6 anos**
- Grau de urbanização em 2012 **82,2%**
- PIB per capita em 2011 **R\$ 23.218,24**
- Taxa de analfabetismo em 2010** **8,39%**
- Taxa de mortalidade infantil em 2011 **18,5 (por mil nascidos vivos)**
- PIB corrente em 2011 **R\$ 71,418 bilhões**
- IDH-M em 2010 **0,725**

Fonte: IBGE, Banco Central e Data Sus. Elaboração: Valor Data *Estimativa. ** Com 15 anos ou mais.

hoje a produção nacional de soja e algodão e está entre os maiores Estados produtores de milho, arroz, açúcar e álcool. Abriga ainda o maior rebanho bovino do país. Oferta tão abundante de matérias-primas, associada à uma estrutura tributária incompatível com a circulação de mercadorias pelo país, atrai a agroindústria e promove o

desenvolvimento da avicultura e suinocultura, uma das atividades com maior crescimento no Estado.

Mato Grosso, que além da Amazônia, possui outros dois biomas — Cerrado, que cobre 39,6% da área do Estado, e Pantanal, com 6,8% — é responsável por 24,6% da colheita nacional de grãos com índices invejáveis de produtividade, segundo pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Em 2013, produziu 46 milhões de toneladas de milho e soja, entre outros grãos, além de 1,8 milhão de toneladas de algodão em caroço. Os sistemas de irrigação alcançam número significativo de lavouras e cada vez mais produtores rurais adotam práticas de gestão que levam ao uso racional da terra.

Fazer parte da Amazônia Legal não traz mais vantagens significativas para atividade econômica do Estado, na opinião do presidente da Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso (Famato), Rui Prado. “Os incentivos fiscais previstos nesse conceito geográfico incentivaram o desenvolvimento da região, sob o lema ‘Integrar para não entregar’.” Mas, para o presidente da Famato, a realidade hoje é diferente. “Ser da Amazônia Legal é sinônimo de restrições ambientais e de desenvolvimento, além de muita confusão ideológica porque muitos acreditam que só temos este bioma no Estado.” Além disso, diz, boa parte dos programas foram desativados. “Quem se beneficia de algum tipo de incentivo fiscal são as grandes empresas, mas é sabido que trabalhar com produção rural é melhor como pessoa física e não jurídica.”

Nem as grandes empresas se beneficiam dos incentivos fiscais, segundo o secretário geral da Asso-



Trigueirinho, da Abiove: exportador não consegue receber créditos acumulados

ciação Brasileira da Indústria de Óleos Vegetais (Abiove), Fábio Trigueirinho. “São em sua maioria exportadores que acumulam montanhas de créditos fiscais que não conseguem receber nunca por causa dessa intrincada estrutura tributária vigente no país”, explica Trigueirinho. Para ele, o que atrai mesmo essas grandes companhias, boa delas multinacionais, é a oferta de matérias-primas.

O secretário da Indústria, Comércio, Minas e Energia de Mato Grosso, Alan Zanata, não concorda com essas premissas. Os incentivos oferecidos pelos governos estadual e federal têm contribuído para atrair grupos nacionais e internacionais não só do setor agroindustrial. Empresas do ramo têxtil, bebidas e embalagens estão se instalando no Estado, que “experimenta nos últimos anos um salto de desenvolvimento e, consequentemente, uma mudança significativa em seu perfil econômico”.

Entre os instrumentos de estímulo aos investimentos no Estado

está o Programa de Desenvolvimento Industrial e Comercial de Mato Grosso (Prodeic). Em 2013, 48 novas empresas aderiram ao programa e investiram cerca de R\$ 320 milhões, em 25 municípios, gerando 2.884 empregos diretos e 8.619 indiretos. Em contrapartida, serão beneficiadas com redução do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Mato Grosso também conta com o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), que em 2013 contou com recursos no total de R\$ 1,3 bilhões gerenciados pelo Banco do Brasil.

Coube à Abiove coordenar a Moratória da Soja desde a sua criação e negociar com seus criadores o fim desse pacto uma vez que, na opinião de muitos dos seus signatários, perdeu seu efeito após a aprovação do Código Florestal e da instituição do CAR. “Não era sem tempo”, segundo Bernardo Pires, gerente de sustentabilidade da Abiove. Segundo informa, após oito anos de vigência, criou-se um

conflito entre as regras estabelecidas para o embargo à soja cultivada em áreas de desmatamento e o Código Florestal, que estabelece área de preservação de 80% do total da propriedade agrícola. Já a moratória condena qualquer produto colhido em área desmatada, mesmo que o agricultor tenha derubado floresta no limite da lei.

Além disso, o CAR oferece mais subsídios para o total controle da preservação da floresta. E ainda, alcança outros biomas, cuja devastação não estava prevista por este pacto. A soja, segundo Pires, é a cultura que ocupa menor área da floresta. Outras atividades têm maior responsabilidade pelo desmatamento, como pecuária, siderurgia, moveleiro e construção civil, afirma.

Para a Abiove, só agora a sociedade pode contar com um completo arcabouço legal. A legislação para a preservação ambiental atingiu seu ponto mais alto no último dia 5, com a publicação do decreto federal 8.235, que estabelece normas gerais para o Programa de Regularização Ambiental (PRA), o que em tese significa o enquadramento das cerca de cinco milhões de propriedades rurais no Brasil.

O desconforto expressado pelas empresas, a ponto de não se manifestarem publicamente sobre qualquer tema relativo ao meio ambiente, pode ser explicado pelo fato de que vão deixar de contar com um instrumento de fácil compreensão, por parte da opinião pública, que é a Moratória da Soja. “Ninguém quer ser alvo de manifestações por parte de ambientalistas”, explica o gerente da Abiove. Daí o apoio recebido nos últimos oito anos por empresas de porte como McDonald’s Europa, Ahold, Carrefour e Marks and Spencer.

CANALIZE + ECONOMIA PARA SUA INDÚSTRIA

O Gás Natural já chegou ao Distrito!

TENHA ATÉ 43,5% DE ECONOMIA NA MATRIZ ENERGÉTICA DA SUA INDÚSTRIA:

GN x ÓLEO COMBUSTÍVEL 9%	GN x DIESEL 17,5%	GN x GLP 43,5%
------------------------------------	-----------------------------	--------------------------

- O Gás Natural (GN) é melhor para o meio ambiente. Polui menos e contribui para a redução do efeito estufa.
- O Gás Natural (GN) é seguro. Possui fácil dispersão em caso de vazamento e reduz os riscos de acidentes.
- O Gás Natural (GN) é garantia de fornecimento. O Amazonas possui a maior reserva, em terra, do Brasil.
- O Gás Natural (GN) tem a melhor relação custo x benefício. O investimento para mudar de matriz energética é rapidamente recuperado com a grande economia gerada.

0800.723.3202
www.cigas-am.com.br

cigás Companhia de Gás do Amazonas

Especial Amazônia Legal

Amazonas Governo quer criar condições para estimular mais negócios

Estado investe no sistema viário para ter mobilidade

Eduardo Belo
Para o Valor, de Manaus

Investir no sistema viário, assegurar a melhora da infraestrutura logística e captar mais investimentos para a capital são os desafios que o governo do Amazonas se propôs para os próximos anos. A renovação dos benefícios da Zona Franca de Manaus terá papel importante na atração de novos investimentos, mas o Estado vem procurando fazer a sua parte, afirma o governador José Melo (PROS). “Neste momento, temos no mínimo R\$ 7,2 bilhões em obras em execução ou em projeção no Amazonas”, afirma Melo, economista de formação, no cargo desde 4 de abril, quando o antecessor, Omar Aziz, renunciou para concorrer a uma vaga no Senado. “No caso das obras em projeção, os recursos estão todos garantidos e estão relacionados, principalmente, ao projeto de infraestrutura viária e de mobilidade urbana, nossos maiores desafios na capital.”

Premida pela necessidade, a administração estadual não vê outra saída senão investir em mobilidade. Manaus tem o maior crescimento populacional entre as capitais brasileiras, 43% desde o ano 2000. A frota de veículos vem aumentando ao ritmo de 9% a 10% ao ano e chegou, conforme números divulgados em março pelo Detran local, a 685 mil veículos – um para cada três habitantes. A capital concentra 300 mil automóveis e 175 mil motocicletas. A frota total representa 91% dos 750 mil veículos motorizados registrados no Esta-

Principais indicadores

Amazonas em números



■ Área total	1.559 mil km²
■ População em 2013*	3,808 milhões
■ Número de municípios	62
■ Densidade demográfica em 2013	2,23 habitantes/km²
■ Esperança de vida ao nascer em 2010	70,4 anos
■ Grau de urbanização em 2012	79,8%
■ PIB per capita em 2011	R\$ 18.244,30
■ Taxa de analfabetismo em 2010**	9,94%
■ Taxa de mortalidade infantil em 2011	20,0 (por mil nascidos vivos)
■ PIB corrente em 2011	R\$ 64,555 bilhões
■ IDH-M em 2010	0,674

Fonte: IBGE, Banco Central e Data Sus. Elaboração: Valor Data *Estimativa. ** Com 15 anos ou mais.

do e os reflexos são visíveis nos congestionamentos frequentes. A capital conta com 52% da população amazonense e 79% do Produto Interno Bruto do Estado (R\$ 65 bilhões), de acordo com os

dados do IBGE. O Amazonas contribui com pouco mais da metade dos impostos federais arrecadados na região Norte do país. Dados de 2012, os mais recentes disponibilizados pela Receita Federal, indicam que o Estado enviou a Brasília em torno de R\$ 8,9 bilhões naquele ano, tendo recebido de volta R\$ 2,5 bilhões.

As obras de mobilidade previstas são dois anéis viários. Um deles, o Leste, vai ligar o Distrito Industrial 2, área ainda pouco ocupada, mas reservada à expansão do Polo Industrial, à rodovia AM-010, saída para o município de Itacoatiara, importante porto fluvial na confluência do rio Madeira com o Amazonas. O segundo anel, Sul, liga o distrito industrial ao aeroporto, principal porta de saída para bens de baixo volume e alto valor – como celulares – produzidos na Zona Franca. A ideia é desviar do centro da cidade o tráfego entre o aeroporto e a área de indústrias. A previsão do governo é que o anel Sul comece a ser construído no fim da temporada de chuvas. O investimento nas duas obras é estimado em R\$ 300 milhões.

A ligação da área Norte da cidade à AM-010 também faz parte dos planos, ao custo de R\$ 237,5 milhões, bem como quatro corredores de tráfego novos ainda em fase de projeto, com investimento estimado em cerca de R\$ 600 milhões. Havia a expectativa de que a capital construísse um monotrilho e um BRT (sistema rápido de ônibus, na sigla em inglês) para a Copa do Mundo, mas o projeto foi adiado. Ainda assim, segundo o governador, os R\$ 2,8 bilhões reservados

para a obra continuam à disposição na Caixa Econômica Federal. Pendências jurídicas ainda emperam a construção.

Entre os projetos de cunho social, o Programa Social Ambiental dos Igarapés de Manaus (Prosa-mim) é a estrela. Consiste em retirar moradores de palafitas dos igarapés, os cursos d’água que cortam a capital, e reurbanizar áreas afetadas. Dividido em três etapas, a primeira fase, já concluída, custou em torno de US\$ 200 milhões. Os moradores removidos são deslocados para conjuntos habitacionais construídos para essa finalidade, em moldes semelhantes aos do antigo Projeto Cingapura, implantado em São Paulo na década de 1990. A parte da obra prevista para a Bacia do São Raimundo conta com US\$ 400 milhões de financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Com tantos investimentos públicos, o Estado vê com otimismo o crescimento econômico dos próximos anos. O governador afirma que o crescimento econômico do Estado foi de 8,5% nos últimos quatro anos. A manutenção desse ritmo e a atração de investimentos privados, porém, vai depender da prorrogação dos benefícios da Zona Franca. A Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) conta com 40 consultas entre instalações de novas empresas e projetos de expansão na cidade. “Esse número poderia ser maior, a taxa de efetivação dos investimentos também, se já houvesse a certeza da prorrogação”, diz Thomaz Afonso Queiroz Nogueira, superintendente da Suframa.



José Melo: Manaus tem o maior crescimento populacional entre as capitais

Algumas empresas mantêm a aposta na produção local. A fabricante de eletrônicos Sony conclui este ano um plano bienal de investimentos de R\$ 500 milhões no país, informa o gerente de comunicação e marketing da empresa, Luciano Bottura. Parte do gasto serviu para melhorar a fábrica, mas o dinheiro também vem sendo empregado em infraestrutura, logística e ações de marketing ligadas à Copa. A ampliação da fábrica no ano passado permitiu a produção brasileira do videogame Playstation. Segundo Bottura, o crescimento da empresa no Brasil de 2010 a 2012 foi de 100%.

Arredias na confirmação de investimentos, empresas do Polo Industrial de Manaus projetam expansão das atividades, mas esperam pelo anúncio oficial da prorrogação dos incentivos. A LG Eletronics investiu um valor não revelado na linha de produção de condicionadores de ar Manaus para duplicar a capacidade de produção, afirma Mauro Apor, gerente de relações governamentais. Com planos de lançar novos produtos nos próximos anos, a Yamaha planeja expansão “gradual, adequando-se às condições de mercado”, confor-

me Teramae Seijiro, diretor executivo da empresa. “Novos modelos de motocicletas e de motores de popa serão anunciados em momento oportuno”.

A renúncia fiscal da Zona Franca é importante para manter a competitividade dos produtos de várias empresas. Questionado sobre a possibilidade de a empresa continuar na cidade se os benefícios não forem renovados, Hiroshi Ayukawa, diretor da fábrica da Panasonic em Manaus nem cogita dessa possibilidade: “Acreditamos que os benefícios serão estendidos. Trabalhamos com cenários reais e estamos realmente acreditando que isso vai acontecer”, diz ele.

O Estado aguarda a implantação de um polo naval em área de 3,3 mil hectares. O faturamento previsto para o empreendimento é de R\$ 15 bilhões a R\$ 30 bilhões, de acordo com projeções da Secretaria Estadual de Planejamento. O governo tem planos ainda incipientes de criar programas de exploração da biodiversidade, especialmente na área de fármacos. A piscicultura é outro potencial que, segundo o governador amazonense, pode vir a ser explorado no futuro próximo.

O jovem Tocantins revela vocação para agronegócio

Rosângela Capozoli
Para o Valor, de São Paulo

Mais jovem entre os 26 Estados brasileiros, o Tocantins já não é mais apenas um celeiro de promessas. O Estado exhibe hoje uma agricultura irrigada de fazer inveja a regiões tradicionais do Centro-Oeste e Sul. E compete com produtores respeitados graças à alta qualidade de sua cana de açúcar e sua safra de soja, ganhando espaço na seara do agronegócio. Sua posição geográfica garante à região privilégios logísticos que nenhuma outra tem. Localizado no centro geográfico do país, Tocantins tem como vizinhos as regiões Nordeste e Centro-Oeste e é um dos nove Estados da região amazônica.

Cortejado por investir na irrigação e ter fartura no campo, Tocantins que ir muito além da cana de açúcar e da soja. O governo estadual, por intermédio da Secretaria da Agricultura e Pecuária (Seagro), quer ampliar a irrigação e implantar novos projetos revitalizando outras partes do Estado. Os recursos estão sendo alocados junto a órgãos federais e internacionais. A secretaria, através do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC II), já conseguiu R\$ 100 milhões para elaboração de estudos e realização da primeira fase das obras de revitalização do projeto rio Formoso, em Formoso do Araguaia.

Os mais de 4 milhões de hectares disponíveis para irrigação abrigam seis projetos hidroagrícolas: o de São João, Manuel Alves, Sampaio, Formoso, Gurita, além do Programa de Desenvolvimento do Sudoeste do Tocantins (Prodoeste). O investimento injetado na região, nos últimos 13 anos, ultrapassa os R\$ 750 milhões, dos quais 90% bancados pelo governo federal e 10% provenientes do Estado.

A colheita está sendo generosa. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Tocantins produziu, em 2013, ao redor de 175 mil to-

Principais indicadores

Tocantins em números



■ Área total	277,7 mil km²
■ População em 2013*	1,478 milhões
■ Número de municípios	139
■ Densidade demográfica em 2013	4,98 habitantes/km²
■ Esperança de vida ao nascer em 2010	71,6 anos
■ Grau de urbanização em 2012	79,6%
■ PIB per capita em 2011	R\$ 12.891,19
■ Taxa de analfabetismo em 2010**	12,85%
■ Taxa de mortalidade infantil em 2011	19,3 (por mil nascidos vivos)
■ PIB corrente em 2011	R\$ 18,059 bilhões
■ IDH-M em 2010	0,699

Fonte: IBGE, Banco Central e Data Sus. Elaboração: Valor Data *Estimativa. ** Com 15 anos ou mais.

neladas de frutas. No início da década de 90, foram 40 mil toneladas. O PIB, que no ano passado atingiu R\$ 21,739 bilhões, deve fechar 2014 na casa dos R\$ 25,718 bilhões. Em 2017, segundo Joaquim Junior, secretário do Planejamento de Tocantins, alcançará R\$ 30,245 bilhões.

“Tocantins tem grande vocação para o agronegócio, principalmente devido à logística. Empresários de outras regiões e de outros países já estão percebendo este diferencial”, afirma o governador Sandoval Cardoso (PSD). Segundo ele, a infraestru-

tura, um dos pontos sensíveis do Estado, já não é mais entrave para atrair investimentos. De acordo com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação hoje são quase sete mil quilômetros de rodovias asfaltadas, além de uma rede de energia elétrica consolidada. “Temos plenas condições de atrair mais empresas e oferecer estrutura”, diz Cardoso.

Na avaliação do governador, a construção da Ferrovia Norte-Sul, do Ecoporto de Praia Norte e do terminal de cargas no aeroporto de Palmas coloca Tocantins em uma posição privilegiada no setor de logística. A estimativa é que até o final do ano, o Estado contará com oito distritos industriais estruturados. De quebra, desde o dia 13 de maio deste ano, a Valec deu o sinal verde para a Ferrovia Norte-Sul começar a receber pedidos de empresas de transportes para usar a malha entre Palmas (TO) e Anápolis (GO). Desde 2008, a ferrovia já opera no trecho Tocantins e Maranhão. O novo trajeto permitirá a integração com ferrovias já existentes no país, graças ao ramal que chega a Anápolis e, de lá, segue para outros Estados das regiões Centro-Oeste e Sudeste.

Construção civil e produção de alimentos estão entre os principais ramos que alavancam a economia do Estado. Roberto Pires, presidente da Federação das Indústrias do Estado do Tocantins (Fieto), conta que essas atividades respondem por um quarto da massa salarial paga pela indústria tocaninense. “Nosso parque industrial é formado por cerca de 3.850 unidades fabris. O crescimento no ano passado foi de 10% em comparação a 2012. Isto nos leva a crer que as atividades associadas à agroindústria ou, em termos mais abrangentes, ao agronegócio, representam mais que uma tendência, senão uma vocação econômica do Tocantins”, afirma.

Guilherme Meirelles

Para o Valor, de São Paulo

O Estado de Roraima possui 224,3 mil quilômetros quadrados, área superior à de países como Grécia e Uruguai. Porém, mais de 60% de seu território está demarcado como área indígena ou de preservação ambiental, o que o torna o Estado palco de acirradas disputas fundiárias, como foi a questão envolvendo as terras da região de Serraria Serra do Sol, que ganhou notoriedade internacional em razão do conflito entre índios e arrozeiros. Após uma série de confrontos, o Supremo Tribunal Federal (STF), em 2009, decidiu pela posse dos índios e consequente desocupação dos arrozeiros, que ali estavam assentados desde a década de 70.

“Roraima recebe muitas visitas de pessoas interessadas em investir na região, mas as atividades consolidadas são as de empresários que já atuam no Estado”, afirma Ivo Galindo, coordenador técnico da Federação das Indústrias de Roraima (Fier). Roraima é o Estado mais setentrional do país e possui 1.922 quilômetros de fronteiras com a Venezuela e a Guiana, posição que o coloca como um ponto estratégico para alcançar o mercado do Caribe e do Atlântico Norte. Conta também com jazidas de minérios valiosos, como ouro, manganês, níquel e metais radioativos.

Mas enfrenta graves problemas de infraestrutura. Apesar de fazer fronteira com o Pará, Estado com várias usinas hidrelétricas, a energia elétrica fornecida para os 400 mil moradores que vivem em Boa Vista e nos demais 14 municípios vem da usina de Gurá, na Venezuela. “Ninguém investe em um Estado que não garante o abastecimento de energia”, lamenta Galindo.

A situação se espelha pela incipiente ocupação do Distrito Industrial de Boa Vista, situado em uma área de 1.161 hectares, às margens

Principais indicadores

Roraima em números



■ Área total	224,3 mil km²
■ População em 2013*	0,488 milhões
■ Número de municípios	15
■ Densidade demográfica em 2013	2,01 habitantes/km²
■ Esperança de vida ao nascer em 2010	69,5 anos
■ Grau de urbanização em 2012	76,5%
■ PIB per capita em 2011	R\$ 15.105,86
■ Taxa de analfabetismo em 2010**	10,28%
■ Taxa de mortalidade infantil em 2011	15,4 (por mil nascidos vivos)
■ PIB corrente em 2011	R\$ 6,951 bilhões
■ IDH-M em 2010	0,707

Fonte: IBGE, Banco Central e Data Sus. Elaboração: Valor Data *Estimativa. ** Com 15 anos ou mais.

da BR 174, a principal rodovia de Roraima, que liga a capital até Manaus. Hoje, o distrito é ocupado por apenas 82 empresas.

Galindo espera que o quadro energético se equipare aos demais centros quando estiver em operação o chamado Linhão de Tucuruí, que irá trazer energia de Manaus para todos os municípios do Estado e acabar com a dependência de fornecimento da Venezuela. A previsão é até 2016. Estão previstos investimentos de R\$ 3,9 bilhões dentro do PAC 2 para a construção da hidrelétrica do Bem-Querir, no rio Branco, em Caracará.

Em 2013, a balança comercial do Estado apresentou saldo positivo de US\$ 1.146.970, com predominância nas exportações de madeira, soja e óleo. Já os principais itens de importação foram equipamentos de informática, máquinas e aparelhos eletrônicos. Em maio, a Fier elaborou uma pauta de reivindicações ao governo estadual na qual expôs as condições precárias para o desenvolvimento do setor. “Há um ambiente de insegurança jurídica quanto à posse da terra e uma enorme burocracia quanto ao licenciamento ambiental, que demora até três anos e desestimula os investimentos”, afirma Galindo. Segundo dados de 2010 do Censo do IBGE, o PIB de Roraima foi de R\$ 6,3 bilhões, representando 0,15% do PIB nacional, ficando na 27ª posição.

Já o comércio é afetado pela desoneração tributária dos produtos comprados em Manaus e nas zonas fronteiriças com Guiana e Venezuela, assim como as mercadorias que são distribuídas no Estado por empresas sediadas na Zona Franca de Manaus, a 800 km de Boa Vista.

Mas mesmo diante das dificuldades, empreendedores locais acabam optando por investir no Estado. É o caso do empresário Luiz Brito, que em conjunto com mais nove colegas criou o frigorífico Frigo 10, que deve iniciar suas atividades no segundo semestre, em Boa Vista. “Roraima não tinha um frigorífico de porte dentro das exigências legais para exportação”, afirma. O investimento dos dez empresários na compra de uma área de 82 hectares e construção das instalações é da ordem de R\$ 32 milhões. Todos os sócios são do agronegócio e juntos possuem rebanho de um milhão de cabeças de gado Neloze. Segundo Brito, o frigorífico terá capacidade para abater até 500 cabeças por dia, mas nos primeiros meses a operação será de 300 cabeças, o suficiente para atender a demanda regional.

Negócios Empreendedor enfrenta burocracia para acessar patrimônio

Potencial da biodiversidade ainda é pouco aproveitado

Andrea Vialli
Para o Valor, de São Paulo

São cerca de 30 mil espécies vegetais conhecidas pela ciência, o que equivale a 10% das plantas do mundo todo. Cada hectare da Floresta Amazônica pode abrigar entre 40 e 300 espécies diferentes de árvores e plantas e, quando se fala da fauna, os números são igualmente robustos. Tamaíha riqueza poderia representar oportunidades econômicas para os Estados da Amazônia Legal e para o Brasil como um todo — mas o uso sustentável dos recursos da biodiversidade amazônica ainda está longe de representar uma fração expressiva do PIB da região.

As empresas que apostaram nas riquezas naturais para empreen-

der na região precisaram enfrentar a burocracia, a logística difícil e estruturar do zero as cadeias de fornecimento. É o caso da Beraca, que produz insumos para a indústria cosmética e farmacêutica a partir de ingredientes como açaí, andiroba, babaçu, pracaxi e muru-muru. Com uma fábrica em Ananindeua (PA), a empresa começou a empreender na região em 2000, quando comprou a Brasmazon, startup incubada na Universidade Federal do Pará (UFPA) que produzia óleos com plantas amazônicas.

“Foi um passo visionário começar a trabalhar com as matérias-primas da Amazônia. Mas foi um investimento alto, tanto na cadeia produtiva quanto nos testes de segurança desses ativos”, diz Ulisses Sabará, presidente da Beraca.

Ao todo, a empresa investiu US\$ 15 milhões nos últimos 15 anos no projeto da Amazônia. Desenvolveu cadeias produtivas da Ilha do Marajó ao interior do Acre, e construiu uma rede de fornecedores formada por 1.600 famílias em 105 núcleos comunitários em todo o Brasil. Com filiais na França e nos EUA, vende diretamente para gigantes da indústria de cosméticos (L’Occitane e L’Oreal são alguns dos clientes) e os extratos dos produtos amazônicos são exportados para 30 países. Apesar do sucesso da empreitada, Sabará ressalta que o caminho para ser bem-sucedido no ramo da biodiversidade não é fácil, apesar do potencial. “Tudo isso foi resultado de muita teimosia”, diz o empresário. Segundo ele, faltam recursos para pesquisa

científica aplicada e visão de governos para incentivar uma indústria em bases sustentáveis. “Temos um verdadeiro pré-sal na biodiversidade brasileira, mas falta estímulo econômico. A burocracia para se acessar o patrimônio natural também é grande”, diz.

A Natura foi uma das pioneiras no uso das matérias-primas da biodiversidade amazônica no início da década de 2000, quando lançou sua linha Ekos, que utiliza ingredientes como açaí e castanhas e mantém mais de 30 comunidades como fornecedores — 25 só na Amazônia. De lá para cá, a empresa vem ampliando sua atuação na região e, este ano, inaugurou o complexo industrial Ecoparque, em Benevides (PA), um investimento de R\$ 200 milhões.



Palmeiras de açaí: insumo utilizado pelas indústrias farmacêutica e cosmética

Além de uma fábrica de sabonetes, a estrutura foi planejada para receber outras empresas que trabalhem com a biodiversidade e que tenham o objetivo comum de fortalecer a economia local mantendo a floresta em pé. “O objetivo, com esse projeto, é gerar um impacto territorial mais significativo e levar desenvolvimento para a região amazônica como um todo, não apenas nas comunidades com as quais já trabalhamos”, afirma Renata Puchala, gerente de sociobiodiversidade do Programa Amazônia da Natura.

A Symrise, empresa alemã do ramo de matérias-primas para a indústria de cosméticos, foi a primeira companhia a se associar à Natura no Ecoparque, onde pretende produzir óleos essenciais de plantas como cupuaçu, cacau, buriti e maracujá, que virão de uma parceria comercial com 2.000 famílias. A Natura também traçou metas para aumentar de 10% para 30% o consumo de matérias-primas amazônicas até 2020 e quer movimentar R\$ 1 bilhão na economia da região até essa data.

Fiscalização e controle têm impacto no desmatamento

Sergio Adeodato
Para o Valor, de São Paulo

Nos últimos dez anos, o desmatamento da Amazônia caiu 79%, atingindo 5,8 mil km² entre 2013 e 2014, área superior à da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, segundo dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE). No mesmo período, a produção madeireira na região, principal ativo da floresta, caiu 50%. Passou de 24 milhões de metros cúbicos de toras para algo em torno de 12

milhões de metros cúbicos — metade ainda hoje de origem ilegal e predatória, destinada ao mercado interno, na estimativa do Serviço Florestal Brasileiro (SFB).

“O problema mudou de escala devido à fiscalização, ao maior controle e às ações policiais, mas há o desafio de combater a produção ilegal, que tem menor custo e desfavorece quem opera com critério ambiental”, diz Francisco Oliveira, diretor do departamento de políticas de combate ao desmatamento da Amazônia, do Ministé-

rio do Meio Ambiente (MMA).

Os números comprovam a relação direta entre derrubada de floresta e produção de madeira nativa. Mas as causas do desmatamento são mais amplas. De acordo com o último levantamento sobre os fatores associados à destruição da Amazônia, realizado em 2010 pelo INPE, a pecuária é a vilã: 66% das áreas desmatadas foram ocupadas por pastagens, com prévia retirada da madeira nobre. Para Oliveira, os dados mais recentes não devem mostrar nada diferente.

As principais frentes de desmatamento estão no Pará, associadas à grilagem na região da BR-163. A rodovia está sendo pavimentada e atrai posseiros que exploram madeira e depois plantam pastagem para ocupar a área e obter mais facilmente o título da terra. A Amazônia perdeu até hoje 18,2% da cobertura original. Mas parte dela está se recompondo. De acordo com as imagens de satélite, 20% da atual área sem floresta está em recuperação natural.

A redução do desmatamento é

confirmada pelo sistema de dados atualizado a cada mês pelo Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon). O último boletim, de março, aponta queda de 75% em relação a igual período de 2013. No ano passado, houve um pico na taxa: alta de 28%, em relação a 2012. Os motivos: especulação fundiária e efeitos das obras de infraestrutura. “Após o alerta, a fiscalização aumentou e os números baixaram”, diz Antonio Victor, responsável pelo Sistema de Alerta de Desmatamento (SAD).

“Mas o cenário não é nada animador quando se vê o impacto da produção madeireira sem critérios ambientais”, adverte Denis Conrado, do Imazon. No Mato Grosso, a produção de baixa qualidade, gerando degradação, aumentou 1/3 entre 2011 e 2012. No mesmo período, no Pará, dobrou a floresta explorada sem autorização. A madeira ilegal, extraída a baixo custo de locais proibidos, é “esquentada” pelo volume de produção autorizado para planos de manejo em outras áreas.



Existe um movimento acontecendo na Amazônia, tão forte quanto seus rios: o crescimento.

A Região Amazônica cresce por causa das obras de grande porte. Das grandes indústrias a uma família simples que consegue abrir o seu primeiro negócio. O grande está no potencial transformador, seja ele o de uma casa cheia de sonhos ou de todo um Estado. Por meio de suas linhas de crédito, o Banco da Amazônia oferece as menores taxas, os melhores prazos, isenção do IOF e capital para modernização, reforma e o que mais for preciso para movimentar o crescimento em bases sustentáveis de empreendimentos que mudam o cenário econômico, geram oportunidades e levam toda a região para o futuro. Se as grandes empresas crescem, a Amazônia cresce junto. Conte com a gente para fazer a diferença.

Turismo Estrutura evoluída protege visitantes da malária, enchentes e de prestadores de serviço amadores

Tesouro natural conhecido por poucos

Luiz Maciel
Para o Valor, de São Paulo

Numa área de 5 milhões de quilômetros quadrados, maior do que a soma dos 28 países da Europa, a Amazônia Legal reúne metade das florestas tropicais do mundo, a maior bacia hidrográfica do planeta e o maior banco genético de espécies vegetais e animais. É um tesouro natural inigualável, que o mundo e o resto do Brasil ainda conhece pouco, embora a estrutura turística da região tenha evoluído bastante a partir dos anos 1990.

Hoje o visitante não fica mais à mercê de prestadores de serviço amadores, nem corre o mesmo risco de pegar malária ou ficar isolado numa cheia. Ao contrário, pode explorar a floresta tropical com a ajuda de guias bilíngues e o conforto de suítes com ar-condicionado — ainda que algumas delas estejam penduradas em árvores, como a casa do Tarzan. Os hotéis de selva que oferecem esse pacote completo já são quase uma centena, a maioria deles às margens do Rio Negro, cujas águas mais ácidas afugentam naturalmente os mosquitos.

Manaus e Belém são as principais portas de entrada para os turistas que querem conhecer a floresta — a primeira é ponto de partida natural para os hotéis de selva, enquanto a segunda leva a refúgios que combinam a floresta com deliciosas praias fluviais, como a de Alter do Chão, Santarém. As duas capitais também seduzem os visitantes pelos vestígios da era de ouro da borracha, como seus teatros magníficos, e pela apreciada gastronomia que combina os mais saborosos peixes flu-



Alter do Chão, em Santarém: refúgios combinam a floresta com praias às margens do rio Tapajós

viais com frutas, pimentas e ervas que só existem na Amazônia.

Nos últimos dez anos, o número de visitantes no estado do Amazonas mais do que triplicou, passando de 283 mil visitantes em 2003 para 987 mil em 2013 (30% deles estrangeiros). No Pará, a evolução foi de 483 mil para 974 mil turistas nesse período (menos de 10% vindos do exterior). Em 2013, o movimento turístico injetou na economia de cada estado cerca de R\$ 600 milhões, segundo estimativas dos próprios governos estaduais.

Como cidade-sede da Copa do Mundo, Manaus recebeu melhorias importantes nos últimos anos, entre elas a construção de um estádio, várias obras de mobilidade urbana e a ampliação do aeroporto e do porto. Belém, que ficou de fora do Mundial,

continua crescendo no setor turístico com a atração de eventos para a cidade — principalmente a partir de 2007, quando inaugurou um grande centro de convenções. “Desde então foram construídos dez novos hotéis e a ocupação subiu de 40% para 60%”, informa o secretário de Turismo do Pará, Adenauer Góes.

O Plano Estratégico de Turismo do Pará, divulgado no final de 2011, tem como principal objetivo equipar o estado com infraestrutura para receber 2,15 milhões de visitantes em 2020, dos quais 350 mil estrangeiros, transformando-se assim no principal destino na Amazônia. Em fevereiro passado, o Pará ficou mais próximo dos visitantes do exterior com a inauguração de um voo direto da TAM entre Belém e Miami, duas vezes por se-

mana. Agora, em junho, a capital paraense ganhará um voo com três frequências semanais para Lisboa, operado pela TAP.

Manaus, que também estará nessa rota da TAP, já havia sido beneficiada por dois voos internacionais em 2012, um para Miami, pela American Airlines, e outro para a Cidade do Panamá, pela Copa Airlines. O voo regular para Portugal, porém, será crucial para facilitar a vinda de visitantes europeus. “Muitos operadores que ainda não vendiam o Amazonas estão interessados em conhecer a nossa região. E os voos entre Manaus e Lisboa já estão lotados até agosto”, afirma Oreni Braga, presidente da Amazonastur, o órgão de promoção turística amazonense, que acaba de voltar de uma viagem de divulgação pela Europa. Em março últi-



Paisagem pantaneira: hotéis para turismo ecológico e de contemplação

mo, a companhia portuguesa de cruzeiros Douro Azul anunciou outra boa notícia: vai investir 150 milhões de euros na construção de dois navios, que farão cruzeiros nas rotas Manaus-Iquitos (Peru) e Manaus-Belém, a partir do segundo semestre de 2016.

O Maranhão, que faz parte da Amazônia Legal apenas parcialmente, uma vez que boa parte do seu território é tomado por áreas de Cerrado e de Caatinga, deve muito pouco do seu turismo à sua porção amazônica. Seus grandes atrativos são as praias e prédios históricos de São Luís e, cada vez mais, o mar de dunas e lagoas dos Lençóis Maranhenses — mas quem sustenta mesmo os hotéis são os viajantes que vêm fazer negócios na capital, em Imperatriz (cortada pela rodovia Belém-Brasília e pelas ferrovias

Norte-Sul e Carajás) ou em Bacia-beira, onde a Petrobras implanta a gigantesca refinaria Premium I.

O Mato Grosso, que igualmente abriga outros dois biomas além da Floresta Amazônica, é um caso parecido: seus hotéis-fazenda no Pantanal e a as trilhas e cachoeiras da Chapada dos Guimarães (numa paisagem típica de Cerrado) são muito mais visitados do que os parques florestais no norte do estado. A capital Cuiabá também fica no Cerrado e vive um momento de ebulição turística pelo fato de sediar quatro jogos da Copa do Mundo. Também acaba de ganhar seu primeiro voo regular internacional, para Santa Cruz de la Sierra, na Bolívia. Operado pela empresa boliviana Amazonas Línea Aérea, o voo será diário durante a Copa, em junho, e depois seguirá com três voos semanais.

CONSTRUIR UM MUNDO MELHOR. MAIS UMA GRANDE OBRA EM QUE NOSSO AÇO ESTÁ PRESENTE.



f t y
www.sinobras.com.br

Produzir aço pensando no planeta é a política que guia a SINOBRAS. Por isso foi criada a SINOBRAS Florestal, que fornece redutores bioenergéticos para a usina por meio de 13 fazendas com plantio de milhões de árvores. Essa ação levou a empresa

a ser reconhecida, pelo sétimo ano consecutivo, como a maior reflorestadora do estado do Tocantins pela SEAGRO-TO. Além disso, 97,6% da água é reutilizada na SINOBRAS. São as ações de hoje que garantem um futuro melhor ao mundo.

